



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2002 e 2001



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2002 e 2001

Conteúdo

Relatório da administração	3 - 27
Parecer dos auditores independentes	28 - 29
Balanços patrimoniais	30
Demonstrações de resultados	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	32
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	33
Notas explicativas às demonstrações financeiras	34 - 75

Relatório da administração

1. Introdução

O ano de 2002 fica marcado, perante um mundo apreensivo com a real possibilidade de deflagração de conflito armado no Golfo Pérsico, pela exemplar transição democrática por que passou o Brasil, demonstrando uma solidez institucional de que os brasileiros podem se orgulhar.

Outros motivos não faltam para que cada um dos 169.558.390 brasileiros sintam-se ainda mais orgulhosos das suas instituições e, em especial, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Primeira e única instituição financeira presente, a partir deste exercício, em todos os 5.561 municípios do país, a CAIXA empreendeu, em favor dos que com ela contam para galgar novos patamares para a melhoria da sua qualidade de vida, operação logística sem precedentes para honrar o “maior acordo do mundo” com o efetivo pagamento, nos prazos legais, dos créditos complementares do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, tudo isso cumprindo obstinadamente o mais sagrado e sensível requisito para a convivência em ambientes democráticos: a transparência administrativa.

O lucro líquido apurado, da ordem de R\$ 1,08 bilhão, com o registro de R\$ 1,98 bilhão em tributos e encargos sociais e a destinação de R\$ 222 milhões ao Tesouro Nacional, a título de dividendos, números recordes em toda a história da instituição, são meras conseqüências das transformações que tomaram conta da CAIXA desde a sua reestruturação patrimonial, ocorrida em JUN/2001.

Fruto dessas transformações, a empresa redefiniu, a partir de SET/2002, os seus negócios fundamentais, em torno dos quais se relatará adiante parcela significativa da sua atuação:

Até agosto/2002

A partir de setembro/2002

Administração de Recursos de Terceiros	Administração de Recursos de Terceiros
Desenvolvimento Urbano	Desenvolvimento Urbano e Habitação Social
Serviços Financeiros	Distribuição de Produtos e Serviços Próprios e de Terceiros – Públicos e Privados
Transferência de Benefícios	Negócios Bancários e Imobiliários
	Fundos, Programas e Serviços Delegados pelo Governo

2. Atuação em seus negócios fundamentais

Distribuição de produtos e serviços próprios e de terceiros – Públicos e privados

Rede de distribuição

No intuito de ampliar as oportunidades de negócios, oferecer maior comodidade aos seus clientes e viabilizar a operacionalização dos diversos programas sociais do governo, a CAIXA vem estendendo continuamente os seus canais de atendimento, disponibilizando serviços e produtos a toda a população brasileira, inclusive a grande parte dessa população que, até então, não tinha acesso aos serviços bancários. Para isso, a CAIXA conta com 14.220 pontos distribuídos conforme segue:

- 1.700 Agências;
- 381 Postos de Atendimento Bancário - PAB
- 1.078 Postos de Atendimento Eletrônico - PAE
- 1 Posto de Atendimento Avançado - PAA;
- 8.952 Casas Lotéricas;
- 2.108 Correspondentes Bancários

Além desses canais, próprios e exclusivos, a CAIXA conta, ainda, com 1.673 Salas de Auto-Atendimento 24h, incluindo-se aquelas instaladas em outros estabelecimentos, a exemplo de *shopping centers* e similares.

Caixa Aqui

A CAIXA encerrou o ano de 2002 como a primeira e única instituição presente em todos os 5.561 municípios brasileiros. O projeto **CAIXA AQUI**, em torno do qual se promoveram parcerias com Correspondentes Bancários, viabiliza a efetivação de transações em tempo real em todo o território nacional e propicia à população brasileira, indistintamente, o acesso a produtos e serviços financeiros. A quantidade de transações bancárias nesse canal foi de 10,8 milhões no ano.

Distribuição de serviços e produtos próprios

A atuação da CAIXA, entre outros aspectos, está pautada na maximização da utilização de sua rede de distribuição, ofertando a seus clientes produtos e serviços com comodidade e conveniência.

A sua Rede de Distribuição, aliada ao modelo de atendimento segmentado, que prevê relacionamento com estratégias específicas de abordagem, confere à CAIXA atuação única e exclusiva no mercado, permitindo-lhe ofertar os seus produtos e serviços em todo o território nacional, de forma eficiente e atendendo às expectativas e necessidades de seus clientes.

Entre os serviços próprios, destacaram-se o recebimento de bloquetes de cobrança bancária, com 63,9 milhões de transações e consultas de saldos, saques e depósitos, com 45,9 milhões.

Distribuição de Serviços de Terceiros

A CAIXA é a Instituição Financeira nacional com maior quantidade e abrangência de pontos de atendimento e tem desempenhado importante papel mercadológico e social, na distribuição de serviços e produtos de terceiros.

Entre os produtos e serviços por ela distribuídos, destacaram-se as arrecadações de contas de energia, telefone e de empresas de saneamento, com 585 milhões de transações no ano; o pagamento de benefícios da Rede de Proteção Social, com aproximadamente 172,4 milhões de transações; e guias do INSS, com 29,7 milhões de recebimentos e 27,6 milhões de benefícios pagos.

Fundos, Programas e Serviços Delegados Pelo Governo

Fundos Institucionais

FGTS

A CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo, registrou, no exercício de 2002, uma arrecadação de contribuições no montante de R\$ 22,4 bilhões e efetuou pagamentos a cerca de 17 milhões de trabalhadores, o que propiciou a injeção de R\$ 19,6 bilhões na economia.

Repassou ainda aos Agentes Financeiros cerca de R\$ 4,0 bilhões para serem aplicados em programas de habitação e saneamento, dos quais R\$ 3,0 bilhões já foram por eles efetivamente contratados com os tomadores finais, devendo os recursos restantes ser contratados ao longo dos próximos seis meses, conforme cronogramas estabelecidos. Essas aplicações beneficiaram 2,3 milhões de cidadãos e geraram 154 mil empregos diretos.

Dentre esses repasses, destaca-se a assinatura, em AGO/2002, de convênio entre a CAIXA e o UNIBANCO para o financiamento de projetos de infra-estrutura e saneamento básico. O convênio contemplou inicialmente uma linha de R\$ 200 milhões, para financiar uma série de projetos de tratamento de esgoto e abastecimento de água em várias regiões do país. O UNIBANCO é o primeiro banco privado a repassar recursos do FGTS para financiar investimentos em projetos de saneamento.

A CAIXA, como agente operador do FGTS, concede créditos necessários à realização dos empreendimentos selecionados e estruturados pelo UNIBANCO. Além disso, torna-se parceira no acompanhamento da execução dos projetos, devido à sua experiência enquanto Agente Técnico Operacional do Fundo.

Créditos complementares do FGTS

Foi atribuída à CAIXA a missão de efetuar o pagamento dos créditos complementares do FGTS, em cumprimento à Lei Complementar nº 110/2001, que determinou o crédito nas contas vinculadas dos trabalhadores do complemento da correção monetária relativo aos Planos Verão e Collor I.

O trabalhador pode fazer o pedido de saque da conta vinculada do FGTS nas diversas Agências da CAIXA e pela *Internet*. Na operação, são disponibilizados o saldo/extrato, o preenchimento do termo de adesão e outras informações pertinentes.

A operação via *Internet*, agregou rapidez, qualidade nos serviços prestados aos cidadãos e maior segurança ao processo, ao mesmo tempo em que reduziu custos operacionais decorrentes do fluxo de papéis, filas e retrabalho. Considerado o “Maior Acordo do Mundo”, requereu um conjunto de Tecnologias da Informação e de Logística, para permitir o acesso dos trabalhadores a seus direitos legalmente constituídos.

A CAIXA cumpriu o papel de destaque na revolução implementada nos conceitos de atendimento eletrônico aos cidadãos, o que fez com que a sua página eletrônica na Internet fosse uma das mais visitadas entre as instituições financeiras mundiais.

São os seguintes o universo de atendimento e os resultados alcançados em torno da operação de pagamento dos créditos complementares, até DEZ/2002:

- 38,8 milhões de trabalhadores com direito aos créditos complementares;
- 119,4 milhões de contas com direito aos créditos complementares;
- R\$ 42,4 bilhões em créditos complementares – Valor total a ser pago;
- 67,5 milhões de contas creditadas;
- 66,4 milhões de contas disponibilizadas para pagamento;
- 37,5 milhões de contas já pagas;
- R\$ 7,1 bilhões de valor total pago;
- 29,1 milhões de adesões, sendo 2,0 milhões na Internet;
- 119,4 milhões de extratos disponibilizados nas agências;
- 59,6 milhões de extratos disponibilizados na Internet e auto-atendimento;
- 33,9 milhões de extratos enviados à residência do trabalhador;
- 35,7 milhões de ligações atendidas pelo telemarketing;
- 58 milhões de acessos à base operacional – Via Internet;
- R\$ 80 milhões de ingressos diários de recursos na economia brasileira (no período de JUN a SET/02);
- 2.680 contas pagas por minuto nos dias de grande movimento.

Programa de Integração Social – PIS

Programa instituído pela Lei complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, com vistas a permitir a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas a partir de contribuição efetuada pelos empregadores e distribuição de quotas aos participantes do Programa.

A CAIXA tem a função de efetuar os pagamentos de quotas, abono salarial e rendimentos aos trabalhadores. O exercício social do PIS ocorre entre o mês de Julho de um ano e o de Junho do ano subsequente.

Pagamento de rendimentos e abono salarial

A cada exercício social do PIS, tem-se verificado uma maior efetividade no pagamento de rendimentos e de abono salarial, possibilitando, assim, levar o direito a esses benefícios a um maior número de trabalhadores. No exercício em curso, a CAIXA, entre rendimentos, abonos e quotas, efetuou 19,6 milhões de pagamentos, no montante de R\$ 1,5 bilhão.

No exercício 2002/2003, até o mês de Dezembro de 2002, já foram efetuados pagamentos a 20,1 milhões de trabalhadores, totalizando o montante de R\$ 1,6 bilhões.

Financiamento aos estudantes do ensino superior

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES foi criado por meio da MP nº 1827, de 27 de maio de 1999, reeditada pela MP nº 2.094-24, de 22 de fevereiro de 2001, em substituição ao Programa de Crédito Educativo, e se destina à concessão de financiamentos a estudantes regularmente matriculados e com avaliação positiva em cursos superiores não gratuitos.

A CAIXA, agente operador e administrador dos ativos e passivos desse fundo, pactuou, em 2002, 65 mil contratos, num montante de R\$ 112,3 milhões, e aditou 226,8 mil contratos, no valor total de R\$ 452,6 milhões.

Comparando-se com o ano anterior, o volume contratado teve um crescimento de 26,75%, e a quantidade de contratos formalizados cresceu 37,6%.

Seguro-desemprego

O Seguro-Desemprego é um dos principais programas da política social do Governo Federal. A meta é recolocar o trabalhador no mercado de trabalho, promovendo sua requalificação e assistência. A CAIXA desempenha um importante papel nesse processo, pois atua como agente pagador exclusivo desse benefício.

A CAIXA também efetua, em localidades onde não existe atendimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE e de Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs, a recepção dos requerimentos do Seguro.

Em 2002, foram pagas 20.131.252 parcelas no montante de R\$ 5,5 bilhões.

Transferência de benefícios

Esse segmento de atuação vem-se tornando de suma importância para a sociedade e prioritário para a empresa, considerados a sua finalidade e o volume de recursos envolvidos. Presta-se ao pagamento arrecadação de recursos no âmbito de programas e fundos sociais, ao repasse e ao acompanhamento da aplicação de dotações do Orçamento Geral da União – OGU.

Rede de proteção social

Conjunto de ações que visa a localizar as famílias em situação de pobreza e a efetuar distribuição direta de renda. Esse conceito engloba os programas Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Bolsa-Renda, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e Agente Jovem.

Para operacionalizar os Programas, a CAIXA desenvolveu e implantou uma solução integrada, com base no Cadastramento Único e no uso do Cartão do Cidadão, utilizando a plataforma *Web* (tecnologia de representação por meio dos recursos disponibilizados pela rede mundial de computadores) como principal meio de acesso às informações, transmissão e validação de arquivos.

Em 2002, foram transferidos R\$ 2,4 bilhões, num total de 195.176.987 benefícios pagos diretamente às famílias e, preferencialmente, às mães, considerando-se as parcelas e a quantidade de cidadãos contemplados no período.

Cartão do Cidadão

O Cartão do Cidadão foi lançado para atender aproximadamente 40 milhões de cidadãos no acesso a programas sociais de transferência de renda em toda a rede de atendimento da CAIXA. O Cartão possibilitou o pagamento unificado dos programas da Rede de Proteção Social.

Considerando a geração de cartões para os beneficiários de programas de natureza trabalhista e os da Rede de Proteção Social, foram emitidos 23,4 milhões de Cartões que hoje estão em poder dos cidadãos brasileiros.

Bolsa-Escola

Por meio deste programa é disponibilizado às famílias que têm renda mensal *per capita* de até R\$ 90,00 um benefício de R\$ 15,00 – limitado a no máximo, 3 crianças por família., como forma de ajuda na manutenção das crianças de 6 a 15 anos de idade na escola.

A CAIXA, ao vencer o desafio de desenvolver estratégia e solução tecnológica e operacional do programa em 45 dias, ganhou em proporção crescente a delegação para distribuição de vários outros programas da Rede de Proteção Social. O fato tornou possível a implantação da estratégia governamental para mais esse segmento social.

Até DEZ/2002, foram disponibilizados 96,6 milhões de benefícios destinados a 5,1 milhões de famílias, alcançando 8,7 milhões de crianças, o que totaliza, somente neste ano, transferência da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

Bolsa-Alimentação

Este programa tem a finalidade de promover as condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e de crianças com idade entre 6 meses a 6 anos e 11 meses, mediante a complementação da renda familiar. O valor do benefício é de R\$ 15,00 por mês e por beneficiário, podendo ser concedidos até três benefícios por família. O montante anual de recursos no Programa Bolsa-Alimentação é da ordem de R\$ 576 milhões.

Essa parceria da CAIXA com o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, apoiada pelos Governos Municipais, atende às famílias carentes no combate à desnutrição infantil. O Programa contemplou, em 2002, o total de 1,4 milhão de beneficiários, alcançando 967.133 famílias, com prioridade para a região Nordeste, onde foram pagos 80% dos benefícios.

Auxílio-Gás

Programa surgido a partir da extinção do subsídio ao gás de cozinha, tendo como Agente Pagador a CAIXA, consiste na ajuda de custo para a compra de gás liquefeito apenas para as famílias realmente necessitadas, beneficiárias de programas federais de transferência direta de renda vinculada à saúde ou à educação e aos beneficiários de Programas de Benefícios de Prestação Continuada.

O valor do benefício é de R\$ 7,50 por mês, com pagamento bimestral, e feito com a utilização do Cartão do Cidadão. Em 2002, o programa contemplou 8,8 milhões de famílias.

Bolsa-Renda

A operacionalização do Programa Bolsa-Renda foi delegada à CAIXA pelo Ministério da Integração Nacional, em 13 de setembro de 2002, sendo o seu primeiro pagamento efetuado no dia 30 do mesmo mês.

O Programa visa a compensar, financeiramente, famílias carentes, residentes nos municípios com estado de emergência decretado em virtude da estiagem, e vinha sendo pago manualmente até 2001 pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A CAIXA passou, desde a delegação para execução do programa, a utilizar o Cartão do Cidadão, com tecnologia e maior comodidade, possibilitando aos beneficiários o recebimento das parcelas no seu próprio município de domicílio.

Em 2002, o Programa Bolsa-Renda contemplou 1,6 milhão de famílias, de 809 municípios, disponibilizando o equivalente a R\$ 86,2 milhões.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, lançado pelo Governo Federal por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social, tem como objetivo a eliminação do trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, por meio, entre outras ações, da concessão de auxílio financeiro às famílias.

Foram contemplados 68.892 cidadãos, sendo pagos 40.957 benefícios, totalizando o montante de R\$ 1,7 milhão.

Agente Jovem

O Programa Agente Jovem, criado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Previdência e Assistência Social, tem por objetivo capacitar jovens de 15 a 17 anos para atuar em suas comunidades nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo, fazendo com que esses adolescentes possam contribuir para a melhoria dos indicadores sociais nos locais onde moram, além de os habilitar a desenvolver um projeto pessoal de vida. O programa repassou, em 2002, R\$ 340 mil, beneficiando 7.258 cidadãos.

Apresenta-se adiante síntese da atuação da CAIXA no âmbito deste negócio fundamental, com os seus respectivos impactos aos beneficiários:

Valores em R\$ mil

Discriminação de Fundos, programas e serviços	Benefícios transferidos/ arrecadação e pagamentos		Beneficiários
	Quantidade	Valor	
PCE Aditamento	11.003	23.753	
FIES Aditamento	226.882	452.675	226.000
FIES Contratos	65.808	112.365	65.000
PIS (1)2001/2002			
Rendimentos	14.675.846	436.945	14.675.846
Quotas	410.143	283.144	410.143
Abonos	4.608.135	788.499	4.608.135
PIS (1)2002/2003 até 12/2002			
Rendimentos	13.828.250	433.332	13.828.250
Quotas	1.429.958	252.040	1.429.958
Abonos	4.861.491	925.490	4.861.491
Seguro Desemprego	20.131.252	5.548.124	5.032.813
Previdência Social benefícios pagos	27.652.437	9.734.279	2.385.555
Previdência Social – Arrecadação	29.797.769	8.365.662	
Bolsa Escola	96.628.549	1.449.428	5.106.509 *
Bolsa Alimentação	6.247.918	98.718	967.133 *
Bolsa Renda	2.874.917	86.247	1.665.759 *
Auxílio Gás	65.991.293	494.934	8.846.696 *
PETI	40.957	1.725	68.892 **
Agente Jovem	5.238	340	7.258 **
Auxílio Aluno – PROFAE	680.403	20.412	95.345 **
	23.404.185*		
Cadastramento Único	*		
	5.549.175 *		
Cartão do Cidadão	23.457.915*		
	*		

(*) Número de famílias

(**) Número de beneficiários

(1) O exercício de pagamento do PIS, por Lei, inicia-se em 1º de julho e termina em 30 de junho do ano seguinte. Os dados registrados acima se referem ao exercício 2001/2002 e 2002/2003 - julho a dezembro 2002.

Administração de loterias

As Loterias administradas pela CAIXA desempenham importante papel social ao contribuir para o custeio de diversos programas do Governo Federal. Os milhões em prêmios distribuídos são uma fração dos recursos captados todo ano. Parcela significativa é revertida para seguridade social, financiamento a alunos de curso superior, cultura, esportes e outras iniciativas para os cidadãos conforme quadro a seguir:

Loterias da Caixa Prêmios e repasses: janeiro a dezembro de 2002

Prêmios líquidos	R\$ 944,5 milhões
Repasses	R\$ 1.335,7 milhões
IR	R\$ 386,4 milhões
Fundo Nacional da Cultura	R\$ 86,2 milhões
Seguridade social (com adicional)	R\$ 500,6 milhões
Crédito educativo	R\$ 205,0 milhões
Clubes de futebol	R\$ 6,2 milhões
Secretaria Nacional Esportes	R\$ 6,6 milhões
FUNPEN	R\$ 87,3 milhões
COB	R\$ 48,8 milhões
Comitê Paraolímpico	R\$ 8,6 milhões

No dia 15 de setembro a Loteria Federal completou 40 anos. Para marcar a data histórica, uma série de eventos aconteceram no Conjunto Cultural da CAIXA, em São Paulo. O evento de abertura contemplou a inauguração de mostra de 50 obras de grandes artistas brasileiros, idealizadas para ilustrar bilhetes da Loteria Federal. Também foram expostas peças antigas usadas nos sorteios, bilhetes antigos e painéis contando a história das loterias. O Caminhão da Sorte realizou o sorteio do Prêmio Especial 40 anos de Loterias na cidade de Feira de Santana, na Bahia.

As loterias foram instituídas em 1784 e, até o início da década de 1960, eram exploradas por particulares. Em 15 de setembro de 1962, no Rio de Janeiro, já sob administração da CAIXA, foi realizada a primeira extração da nova Loteria Federal.

As loterias tinham meta de arrecadação, para 2002, estipulada em R\$ 3,00 bilhões, meta essa superada com arrecadação final da ordem de R\$ 3,01 bilhões.

Negócios bancários e imobiliários

Captação

Para os produtos de captação, de uma forma geral, o último mês do primeiro semestre de 2002 foi atípico. Por determinação conjunta do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, os gestores de fundos foram instados a ajustar o valor dos títulos (LFT), que compunham as respectivas carteiras, pelo valor de mercado.

O saldo dos depósitos em Poupança, em JUN/2002, apresentou um crescimento de 5,46% em relação ao saldo apresentado em MAI/2002. Considerando que o rendimento médio do período ficou em torno de 0,71%, a evolução do saldo reflete um crescimento real de recursos em torno de 4,75%, representando um montante aproximado de R\$ 1,8 bilhão para o mês e de R\$ 2,8 bilhões no semestre. A captação de poupança apresentada pela CAIXA, em Junho, foi equivalente a 33,8% do total captado pelo mercado, tendo atingido o índice de 31,3% de participação no total de poupança do mercado.

O volume de recursos captado nos meses de JUN/JUL/AGO/2002, impulsionado pela crise enfrentada pela indústria de Fundos, atingiu um montante de R\$ 3,87 bilhões, o que elevou o saldo dos Depósitos em Poupança para R\$ 42,25 bilhões ao final do período.

No decorrer dos meses de SET a DEZ/2002, parte dos recursos captados nos três meses anteriores retornou para os Fundos de Investimentos na própria CAIXA. Nesse período, a captação líquida negativa na poupança atingiu um montante de R\$ 945 milhões, o que permitiu à CAIXA encerrar o ano com um saldo de R\$ 42,43 bilhões, em 20,8 milhões de contas a ela confiadas pelos brasileiros, representando um índice de 29,9% de participação no mercado.

Ratificando a confiança demonstrada pelos poupadores, o saldo apresentado em DEZ/2002 no produto CAIXA-LH teve parcela expressiva do volume global de R\$ 9,12 bilhões captada na Rede de Distribuição, atingindo um montante de R\$ 6,81 bilhões, o que representou um crescimento de 55,7% sobre o saldo apresentado em DEZ/2001.

A CAIXA começou a operar em DEZ/2002 a Conta Eletrônica CAIXA AQUI, um novo produto destinado a pessoas físicas de baixa renda. A conta eletrônica é um produto desenhado para reduzir o número de pessoas excluídas do sistema bancário brasileiro. O cadastramento da conta se dá de maneira extremamente simples; bastando o interessado apresentar um documento que comprove sua identidade, CPF e residência ou, na falta deste, declaração de próprio punho informando o endereço.

A expectativa da CAIXA é abrir um milhão desse tipo de conta em 2003. A Conta Eletrônica é considerada o carro-chefe de novos produtos que serão lançados com o objetivo de atender essa camada da população que se manteve, por muito tempo, fora do sistema bancário.

Serviços

A Prestação de Serviços Bancários, abrangendo todos os convênios de arrecadação celebrados com concessionárias de serviços públicos, Estados e Municípios, associações, sindicatos, escolas e outras empresas privadas e os Tributos Federais, apresentou, no período 2001/2002, incremento de receitas da ordem de 19%.

As Tarifas da Cobrança Bancária que correspondem aos serviços de recebimentos de boletos bancários atingiram incremento de 31% em relação a 2001 e crescimento da base de clientes da ordem de 37%.

Durante o ano de 2002, foram efetuados 16,4 milhões de créditos de salários, por conta de convênios, num total de R\$ 13,9 bilhões, dos quais 72%, em média, referem-se às folhas de pagamento de Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, que representam 53% da quantidade de créditos de salário no período.

Crédito comercial

A CAIXA ampliou a sua participação mercadológica em 30,6% na concessão de créditos à Pessoa Física e em 41,2% à Pessoa Jurídica, no ano de 2002. Enquanto no mercado as concessões de crédito avançaram 11%, na CAIXA, elas cresceram 42,5%.

As operações de GiroCAIXA Micro e Pequena Empresa cresceram 46,76% no volume total de aplicação no 2º semestre de 2002 em relação ao 2º semestre de 2001. As operações Proger Micro e Pequena Empresa cresceram 111,5% no volume total de aplicação, nos mesmos períodos considerados.

A carteira de cartões de crédito, em 2002, quando passou a ser diretamente administrada pela CAIXA, totalizou o quantitativo de 1.972 mil cartões, registrando um crescimento de 16% em relação ao ano anterior. Em 2002, também foram comercializados 745 mil cartões, com um faturamento de R\$ 3,30 bilhões, superando os R\$ 3,00 bilhões do ano de 2001.

Produtos de fidelização

No segmento de Previdência Privada Aberta Pessoa Física, a CAIXA atingiu 115% da meta de R\$ 27 milhões, e no segmento de Previdência Privada Aberta Pessoa Jurídica, da meta estipulada de R\$ 900 mil, a CAIXA alcançou 148%, correspondendo, no total, a 4,77% do faturamento de previdência do mercado (fonte: SUSEP NOV/2002).

No segmento de capitalização, para a meta anual de R\$ 277 milhões, a CAIXA atingiu a marca de 98% de cumprimento, correspondendo a 11,35% do faturamento de Capitalização do Mercado (fonte: SUSEP NOV/2002).

Destaca-se, no período, o lançamento do produto CASACAP, como alternativa simplificada para aquisição de moradia própria sem a necessidade de comprovação de renda para a sua contratação, que obteve uma captação da ordem de R\$ 5,2 milhões.

A comercialização dos produtos de seguros vem ampliando a participação da CAIXA SEGUROS em relação ao mercado, garantindo-lhe 7,9% para os Seguros de Acidentes Pessoais e Riscos Diversos.

Empréstimo sob penhor

De exclusividade da CAIXA, consiste na concessão de empréstimo à pessoa física, mediante garantia de jóias, pedras preciosas, metais nobres e objetos de fácil portabilidade. Os prazos do empréstimo são de 28, 56 ou 84 dias, podendo ser renovados. O valor máximo concedido é 80% do valor da avaliação.

Uma das características do empréstimo é a facilidade da operação, haja vista que é simplificada e rápida, dispensa avalistas e cadastro, existe a possibilidade de resgate antecipado, não exige comprovação de direcionamento do crédito, apresenta menores juros do que os vigentes no mercado, utiliza a operação para fins de guarda de valores e pode ser transferido a terceiros.

Em 2002, foram concedidos 3.308.142 empréstimos, contribuindo para que a carteira encerrasse o exercício com um saldo de R\$ 523 milhões, bastante acima da meta estipulada de R\$ 433 milhões.

Consórcio imobiliário

A CAIXA Seguros, em associação com a CAIXA, lançou, em NOV/2002, o Consórcio Imobiliário, por meio da CAIXA Consórcios, empresa criada para administrar esse produto, conforme exigências do Banco Central.

O Consórcio Imobiliário CAIXA constituiu-se na mais nova opção para a aquisição da casa própria para famílias de diversas faixas de renda, oferecendo-lhes a possibilidade de direito à compra de imóveis prontos (novos ou usados), de lote urbanizado, imóvel rural ou para quitar o saldo devedor habitacional, totalizando 1.137 cotas vendidas em apenas um mês após o seu lançamento.

Desenvolvimento urbano e habitação social

Desenvolvimento urbano

A CAIXA, em consonância com sua missão, vem contribuindo para a promoção do Desenvolvimento Urbano, não só mediante o financiamento para habitação, saneamento ambiental e serviços de infra-estrutura mas também, por meio de fomento a processos participativos que estimulem a formação de rede de parcerias e a concepção de inovações tecnológicas que resultem em melhoria de qualidade e produtividade nessa matéria.

Ao fomentar o desenvolvimento urbano, pretende-se induzir o planejamento integrador, com ações que promovam o desenvolvimento dos municípios e a melhoria da qualidade de vida das comunidades que neles habitam, desenvolvendo as potencialidades locais e promovendo o crescimento sustentável.

Nos últimos anos, formou-se um novo patamar institucional na área urbana, que dota os municípios de instrumentos efetivos de ordenamento do desenvolvimento urbano, de promoção de justiça social e, especialmente, de democratização do processo de planejamento municipal – Plano-Diretor, Leis municipais de ordenamento e uso do solo e planejamento e gestão orçamentários.

Em 2002, a CAIXA superou suas expectativas com a implementação dos seus diversos programas habitacionais, de saneamento e de infra-estrutura urbana. Os resultados positivos decorreram também de várias mudanças implementadas na concessão de crédito, no repasse de recursos, na avaliação de operações e, principalmente, na evolução dos critérios de análise para concessão de financiamentos.

Parcerias em desenvolvimento urbano

Ações de desenvolvimento urbano e habitação social que adotam a parceria como estratégia de gestão têm provocado fortes impactos não só na redução de custos, mediante a coordenação e consórcio de esforços e contrapartidas, mas sobretudo na ampliação da participação e da coesão social, com reflexos positivos sobre a formação da cidadania, qualificação profissional e geração de emprego e renda.

A proposta da CAIXA no trabalho de parcerias tem como escopo estimular e internalizar um processo inovador de ações e de negócios voltados para o Desenvolvimento Urbano que agreguem valor aos produtos novos e aos já existentes, buscando, principalmente, promover a ampliação da oferta de habitação adequada, infra-estrutura e serviços urbanos para a população menos favorecida.

As iniciativas são operacionalizadas por meio de programas e ações, adiante detalhados:

- **Parcerias habitacionais:** Envolve a construção de moradias, implantação de infra-estrutura básica, formação de mão-de-obra e educação sanitária e ambiental, por meio de sistemas de co-gestão;
- **Revitalização de sítios históricos:** Com o objetivo de preservar o patrimônio cultural e a redução do déficit habitacional, recuperando imóveis em desuso, para permitir a melhoria das suas condições de habitabilidade e a permanência das famílias carentes, residentes nos centros de interesse histórico. Integrado a esse Programa, a CAIXA participa de estudos com o Ministério da Cultura – MinC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e dos principais programas federais de preservação do patrimônio histórico, tais como o Monumenta BID, URBIS e parcerias com a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL e, International Center for the Study of the Preservation and Restoration of the Cultural Property – ICCROM;
- **Desenvolvimento local:** A CAIXA está atuando em 24 locais, em parceria com outras instituições, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, contemplando conjuntos de favelas em áreas urbanas metropolitanas com mais de 55 mil habitantes, consórcios de pequenos municípios com predominância de atividades primárias e áreas rural, urbana e metropolitana em várias regiões do país, contribuindo para a promoção do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida em determinados espaços geográficos, com ações de planejamento urbano e ambiental, treinamento e qualificação dos agentes técnicos, geração de emprego e renda e realização de obras de infra-estrutura e de apoio à produção;
- **Melhores práticas:** Com o objetivo de divulgar e incrementar a replicação de práticas de sucesso em desenvolvimento urbano de diversas modalidades, com apoio técnico e financeiro da CAIXA, desenvolveu-se desde 1999, a premiação CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local, obtendo resultados vitoriosos para a empresa e para o País, naquelas inscritas para concorrer ao Prêmio Internacional de Dubai, promovido pela agência Habitat da ONU.

Na versão 2001/2002 do Prêmio Internacional de Dubai, a CAIXA obteve, desde o início de sua participação, o seu melhor resultado, tendo oito projetos por ela apoiados foram selecionados entre os cem melhores do mundo, um dos quais foi premiado entre os dez melhores.

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU/PR celebrou Acordo de Parceria na implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H, na busca da consolidação do Programa com outros órgãos participantes, inclusão das diretrizes e exigências do Programa nos normativos internos dos produtos de financiamento e repasse de recursos do segmento Habitação.

A CAIXA vem realizando também, com a SEDU/PR e outras instituições não governamentais, ações para apoiar a implementação do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/01, tais como: seminários e encontros regionais, produção e distribuição de documentos e instrumentos para divulgação e entendimento da Lei, treinamento pela Cartilha Eletrônica em CD- ROM sobre “Planejamento Territorial e Plano-Diretor”, e documento orientador sobre “Regularização da Terra e Moradia”, que deverá auxiliar as prefeituras.

A CAIXA, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, vem apoiando o Programa de Tecnologia de Habitação - HABITARE e o Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB, que objetivam desenvolver pesquisas para produção e aperfeiçoamento de tecnologias que privilegiem a simplicidade operacional e o baixo custo de investimento, de operação e de manutenção em Habitação e Saneamento Básico. Em parceria com o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Recursos Hídricos - CT-HIDRO, MCT, Agência Nacional de Águas - ANA, FINEP e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a CAIXA participa da organização do planejamento de transferência de tecnologia em Saneamento.

Dentro do Programa Energia Brasil Eficiência Energética do Governo Federal, foi assinado acordo de cooperação CAIXA, ELETROBRÁS, MCT e Ministério das Minas e Energia – MME, para ação conjunta de fomento à adoção da tecnologia termo solar para aquecimento da água residencial.

A CAIXA firmou Acordo de cooperação com o Governo Francês com ações em dois vetores: Revitalização de Centros Históricos e Serviços de Saneamento e Infra-estrutura Urbana, que visa a ampliar o atendimento à população de baixa renda, com foco na gestão social.

Promoveu-se também o aprimoramento e a disponibilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, gerido pela CAIXA, para utilização como referência para vários órgãos federais, tais como Ministério Público Federal – MPF, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério da Defesa, IPHAN, Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos - IBEC, Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA/Ministério da Aeronáutica e sua inclusão como referência oficial de custos nas obras públicas, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2003.

Programas de saneamento e infra-estrutura

Relativamente aos programas do segmento de saneamento e infra-estrutura, cujas contratações foram severamente contidas desde meados de 1998, por força do contingenciamento de crédito ao setor público estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, foi possível retomá-los, no decorrer do exercício de 2002, graças ao Programa de Reestruturação Patrimonial da CAIXA. Implantado a partir de JUN/2001, este Programa possibilitou a abertura de margem para novas contratações em relação ao limite de 45% do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA das Instituições Financeiras. O reinício das contratações deu-se por intermédio dos programas adiante relacionados, junto aos respectivos volumes contratados e benefícios gerados, cabendo frisar que os vinculados a Acordos de Empréstimo Externo não sofreram as referidas restrições por serem a fundo perdido.

Contratações realizadas - Exercício de 2002 (valores em milhões)

Origem	Programa	Valores contratados	População atendida	Empregos gerados
Recursos FGTS	Pró-Saneamento	233	666.403	24.142
	FCP/SAN	<u>19</u>	<u>300.000</u>	<u>5.239</u>
Total FGTS		<u>252</u>	<u>966.403</u>	<u>29.381</u>
Recursos BNDES	Infra-estrutura/Rodovia	<u>67</u>	-	<u>700</u>
Recursos BID/BIRD	Habitar Brasil BID (*)	10	-	-
	Monumenta BID	63	348.707	7.746
	PAT-Prosaneer BIRD	<u>4</u>	<u>23.687</u>	<u>858</u>
Total BID/BIRD		<u>77</u>	<u>372.394</u>	<u>8.604</u>
Total geral		<u>396</u>	<u>1.338.797</u>	<u>38.685</u>

(*) Financiamento para desenvolvimento institucional

Programas com Recursos do Orçamento Geral da União - OGU

A CAIXA, em 2002, repassou R\$ 1,28 bilhão em recursos do OGU para Estados e Municípios, totalizando 8.789 operações contratadas. O repasse de tais recursos, adiante detalhado, propiciou a geração de mais de 293 mil empregos, por intermédio dos diversos programas do Governo Federal nas áreas de habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana e rural.

Fonte: SIAPF

Posição em 31/2/200?

Valores em milhões

Gestor	Programa	Quantidade contratos	Valor repasse	População Beneficiada	Empregos gerados
ANA	Gestão de recursos hídricos	<u>10</u>	<u>13,46</u>	<u>9.729.627</u>	<u>3.503</u>
ANA total		19	13,46	9.729.627	3.503
EMBRATUR	Infra-estrutura turística	<u>412</u>	<u>73</u>	<u>15.557.982</u>	<u>17.198</u>
EMBRATUR		412	73	15.557.982	17.198
FNMA	Brasil joga Limpor	<u>21</u>	<u>8,24</u>	<u>590.254</u>	<u>2.428</u>
FNMA total		21	8,24	590.254	2.428
MAPA	PRODESA	<u>1.337</u>	<u>123,61</u>	<u>2.217.598</u>	<u>28.238</u>
MAPA total		1.337	123,61	2.217.598	28.238
MDA	PRONAF	<u>1.437</u>	<u>187,78</u>	<u>1.363.898</u>	<u>41.468</u>
MDA total		1.437	187,78	1.363.898	41.468
MET	Brasil Potência Esportiva	47	14,25	796.321	2.248
MET	Esporte direito de todos	27	5,55	106.797	1.706
MET	Esporte na escola	262	29,13	1.776.530	6.697
MET	Esporte solidário	1.266	141,10	9.329.673	32.554
MET	Municipalização	<u>138</u>	<u>24,67</u>	<u>5.536.688</u>	<u>5.636</u>
MET total		1.740	214,89	17.546.009	49.941
SEDU	Gestão Urbana	14	1,49	138.238	216
SEDU	Morar Melhor	905	121,35	1.792.779	27.096
SEDU	PROGEST	92	10,20	4.080.292	2.237
SEDU	PRO-INFRA	2.294	439,31	16.743.434	100.558
SEDU	Saneamento é Vida	<u>485</u>	<u>75,70</u>	<u>5.536.378</u>	<u>16.876</u>
SEDU total		3.790	648,04	28.291.121	146.983
SUFRAMA	Apoio a infra-estrutura	<u>42</u>	<u>19,12</u>	=	<u>4.108</u>
SUFRAMA	Apoio a infra-estrutura	42	19,12	-	4.108
Total geral		<u>8.789</u>	<u>1.287,94</u>	=	<u>293.868</u>

Apoio à modernização da gestão pública

Cada vez mais os Municípios e Estados brasileiros vêm buscando financiar suas despesas com os recursos provenientes, estritamente, de suas receitas correntes, uma vez que sua capacidade de endividamento, no decorrer dos últimos anos, encontrava-se em processo de exaustão.

A CAIXA tem participado nos últimos anos de projetos de interesse governamental, voltados à implementação de programas de apoio à reestruturação ao ajuste fiscal e à modernização da gestão nas administrações estaduais e municipais.

Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE

O PNAFE tem como objetivo geral apoiar o Governo Federal na busca da estabilidade macroeconômica por meio do equilíbrio fiscal auto-sustentável, fundamentado em uma política transparente e eficiente na gestão da receita e do gasto público estadual.

Em 2002, foram liberados R\$ 152,0 milhões, equivalentes a US\$ 50,5 milhões, para dar continuidade à execução dos projetos de modernização da área fiscal dos Estados e do Distrito Federal iniciada no ano de 1997. Desde o início do programa, já foram liberados US\$ 336,2 milhões, que correspondem a 75% dos US\$ 449,3 milhões de recursos do BID, destinados aos Estados e ao Distrito Federal.

Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM

O PNAFM tem como objetivo geral apoiar o Governo Federal na busca da estabilidade macroeconômica por meio do equilíbrio fiscal auto-sustentável, e uma política transparente e eficiente na gestão da receita e do gasto público municipal, tendo como gestor o Ministério da Fazenda.

A CAIXA, agente financeiro e co-executora do Programa, é responsável pela condução do processo. Na sua condução, destacam-se as seguintes ações por ela implementadas:

- Apresentação do Programa às Prefeituras, desenvolvimento de treinamentos e disponibilização de informações por meio da Internet;
- Desenvolvimento e adequações do Sistema de Acompanhamento do PNAFM - SIAPM, e do Sistema de Acompanhamento de Programas de Fomento - SIAPF, via WEB (Internet e Intranet), destinado ao processamento de prestação de contas ao BID e ao Ministério da Fazenda;
- Apoio à Unidade de Coordenação do Programa/MF para a padronização dos roteiros de análise e a realização de encontros e seminários sobre a metodologia de elaboração e execução de projetos.

Em 2002, foram iniciadas as contratações com a assinatura de quinze contratos de subempréstimos destinados aos municípios com população superior a 50 mil habitantes, totalizando R\$ 137,3 milhões equivalentes a US\$ 38,9 milhões.

Com a conclusão, em DEZ/2002, do processo de certificação do Conjunto de Sistemas Aplicativos - CSA, pelo Ministério da Fazenda, e a pré-qualificação de cinco empresas para o fornecimento do CSA aos municípios, foram criadas as condições para o início das contratações na modalidade Projeto Simplificado, destinada aos municípios com população de até 50 mil habitantes.

Coleta de dados contábeis estaduais e municipais

Com o objetivo de apoiar o cumprimento pela STN, de suas obrigações legais, no que diz respeito à coleta, consolidação e divulgação do conjunto de dados contábeis e informações sobre as finanças dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, necessárias ao acompanhamento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aquela Secretaria firmou com a CAIXA convênio de cooperação técnica, por meio do qual lhe delegou a competência para receber, dos entes da Federação, demonstrativos contábeis e informações e quadros das operações de crédito e das dívidas públicas.

A versão do Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SISTN, desenvolvida pela CAIXA e acessada via Internet pelos entes da Federação, racionalizou procedimentos, com significativa redução de custos na recepção e na transferência dos dados para a STN.

Em 2002, foram coletados os balanços do exercício de 2001 de todos os Estados, do Distrito Federal e de 5.435 municípios, ou seja, de 97,8% de todos os municípios brasileiros.

Além dos balanços, em 2002, foi iniciada a coleta do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Cadastro das Operações de Crédito - COC, tendo sido observada, respectivamente, a coleta de 46%, 29% e 23% de cada um dos relatórios com posição em 31 DEZ 2001.

Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas e Serviços de Engenharia do Governo Federal – OBRASNet

A CAIXA, em atendimento à demanda do Governo Federal, por meio do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, firmou Acordo de Cooperação Técnica visando ao desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas e Serviços de Engenharia do Governo Federal – OBRASNet, com veiculação na Internet.

O OBRASNet tem como objetivo integrar as atividades de planejamento, aprovação, liberação de recursos e acompanhamento físico financeiro das obras realizadas com recursos do Orçamento Geral da União. A Fase 1 deste sistema foi disponibilizada em NOV/2002, por meio de página na *Internet*, de conteúdo informacional e *links* aos sistemas, já administrados pela CAIXA, quais sejam o Sistema de Acompanhamento de Obras CAIXA, já contando com mais de 20 mil obras em andamento cadastradas e o Sistema Nacional de Preços e Índices - SINAPI, que contém dados relativos a 8 mil itens de insumos da construção civil.

Atuação no setor de saúde

Operação CAIXA Hospitais

No setor de saúde, desde 1997, a CAIXA vem contribuindo para suprir as necessidades imediatas de capital de giro dos hospitais filantrópicos, por meio da operação de crédito denominada CAIXA Hospitais, destinada exclusivamente a entidades filantrópicas, sendo efetivadas, no exercício de 2002, 159 contratações, que alcançaram o montante de R\$ 32,7 milhões.

Programa de reestruturação financeira e modernização gerencial das Santas Casas

Visando a assegurar a viabilização do equilíbrio econômico-financeiro das Santas Casas e dos Hospitais Filantrópicos vinculados aos SUS, a partir de 1999, foi disponibilizado o Programa de Reestruturação Financeira e Modernização Gerencial das Santas Casas desenvolvido com o Ministério da Saúde e o BNDES.

O Programa apresentou, no encerramento do exercício de 2002, o montante de R\$ 194,0 milhões em recursos liberados no período 1999/2002 e saldo em carteira de R\$ 140,8 milhões.

Habitação social

Ao longo do exercício de 2002, a atuação da CAIXA, no segmento de habitação de interesse social, deu-se, principalmente, por intermédio dos programas adiante relacionados, junto às respectivas contratações, por fonte de recursos, com os correspondentes resultados em termos do número de unidades, população beneficiária e da estimativa da quantidade de empregos gerados, destacando-se o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, pelo seu caráter inovador e por sua importância para viabilizar o efetivo atendimento às camadas da população de baixa renda, onde se concentra o déficit habitacional.

Programa de Subsídio à Habitação de interesse social - PSH

O PSH é destinado, exclusivamente, a famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.000,00, e a sua implementação ancora-se em parcerias com Estados e Municípios, com vistas ao atendimento aos segmentos populacionais com dificuldade de acesso ao crédito habitacional convencional. A CAIXA estabeleceu, como prioridade para sua atuação, o atendimento a famílias com renda de até R\$ 580,00, por meio de operações de financiamento não convencionais, tendo, nesta fase inicial de implementação do Programa, concentrado o seu atendimento às famílias com renda de até dois salários mínimos mensais.

Nos quatro leilões já realizados pela STN e a SEDU/PR desde a criação do PSH, a CAIXA habilitou-se a 94% do número total de 45.000 unidades leiloadas, desse total, até o final do exercício de 2002 foram contratadas 16.264 unidades.

Contratações realizadas - Exercício de 2002
(Valores em milhões/Quantidades em unidades)

Origem	Programa	Número de unidades	Valores contratados	População atendida	Empregos gerados
Recursos FGTS	Carta de Crédito Individual	2.281	181.270	735.956	217.471
	Imóvel na Planta	519	16.935	49.474	49.474
	Pró-Moradia	<u>51</u>	<u>3.686</u>	<u>14.744</u>	<u>5.914</u>
Total FGTS		<u>2.851</u>	<u>201.891</u>	<u>800.174</u>	<u>272.859</u>
Recursos CAIXA	Construcard	365	27.496	111.634	34.794
	Carta de Crédito Caixa	96	1.716	6.967	9.147
	Construgiro	<u>15</u>	=	=	<u>1.472</u>
Total CAIXA		<u>476</u>	<u>29.212</u>	<u>118.571</u>	<u>45.413</u>
Recursos FAT	FAT Habitação	<u>439</u>	<u>9.046</u>	<u>36.727</u>	<u>41.872</u>
Recursos FAR	Programa de Arrendamento Residencial – PAR	696	30.251	122.819	66.491
Recursos PSH	Operações FGTS/PSH	102	16.264	66.032	9.707
Recursos OGU/HBB – Habitação	Morar Melhor – HBB – Habitação	<u>317</u>	<u>37.442</u>	<u>1.792.779</u>	<u>27.090</u>
Total geral		<u>4.881</u>	<u>324.106</u>	<u>2.937.102</u>	<u>463.432</u>

Administração de ativos de terceiros

No ano de 2002, a quantidade de Fundos e Carteiras Administrados pela CAIXA passou de 65 para 86, com R\$ 59,3 bilhões de patrimônio administrado e incremento de 15% no total de receitas com taxa de administração.

Em 2002, destaca-se o lançamento dos produtos adiante:

Mês	Fundo	Patrimônio
Fevereiro	Caixa FMP FGTS VALE MIGRAÇÃO	R\$ 2 milhões
Fevereiro	Caixa FITVM VALE	R\$ 169 milhões
Março	Caixa FMP FGTS VALE I, II	R\$ 703 milhões
Julho	Caixa FAC CURTO PRAZO	R\$ 163 milhões
Agosto	Caixa FIF CAPITAL	R\$ 1.506 milhões
Novembro	Caixa FITVM BB	-
Novembro	Caixa FMP FGTS BB	-

Fundo Imobiliário CAIXA

Entre outras ações voltadas para a promoção do seu enquadramento no índice de imobilização estabelecido pelo CMN (50% do PLA, até 31/12/2002), a CAIXA lançou, em NOV/2002, o Fundo de Investimento Imobiliário, iniciando assim sua participação no setor. Constituído por cotas de no mínimo R\$ 1.000,00, o Fundo será proprietário do tradicional Edifício Almirante Barroso, localizado Av. Rio Branco, 174, centro do Rio de Janeiro, avaliado em R\$ 100 milhões, que será por ele adquirido e, ato contínuo, alugado à própria CAIXA, durante o período de 10 anos, renovável pelo mesmo prazo.

A locação garante rentabilidade, além de agregar expressivo valor às cotas do Fundo. Com a característica de ser um fundo fechado, não há resgate de cotas e os rendimentos são proporcionais à quantidade de cotas adquiridas, creditados mensalmente, descontando o Imposto de Renda. Até o final do mês de DEZ/2002, foram vendidas 24.000 cotas, vendas essas encerradas em FEV/2003, quando foram vendidas todas as suas 104.800 cotas, contabilizando o montante de R\$ 104.800 mil.

3. Aplicações em títulos e valores mobiliários

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/2001, estabeleceu um conjunto de novos critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários, que passou a ser classificada de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os valores referentes à categoria “títulos mantidos até o vencimento”, constantes das Notas Explicativas, refletem a intenção da Administração, que confirma sua plena capacidade financeira para tal, conforme determina o Art. 8º daquela Circular.

4. Atuação sócio-cultural e marketing

Atletismo

A partir de abril de 2001, a CAIXA passou a ser a patrocinadora oficial do Atletismo Brasileiro. O investimento naquele ano foi de R\$ 1,5 milhão. Em 2002, foram destinados R\$ 2,0 milhões para o apoio aos eventos do calendário esportivo nacional dessa modalidade esportiva, além do Grand Prix Internacional CAIXA de Atletismo, no patrocínio exclusivo às Seleções Brasileiras CAIXA de Atletismo, ao Programa Nacional CAIXA de Jovens Talentos, ao Programa CAIXA de Apoio a Atletas de Alto Nível e, ainda, por meio do apoio à realização dos Campeonatos Oficiais das Federações Estaduais de Atletismo.

Esse patrocínio tem um arcabouço construído com forte conotação social, porque não visa a tão-somente promover a atividade esportiva e os eventos patrocinados, mas também proteger e apoiar o atleta e o respectivo treinador, assegurando-lhes meios de sobrevivência que lhes permitam dedicação integral ao aprimoramento técnico e desenvolvimento da habilidade esportiva e, principalmente, atingir padrões internacionais de desempenho atlético e índices olímpicos.

Essa ação se dá por meio do Programa CAIXA de Apoio ao Atleta de Alto Nível e do Programa Nacional CAIXA de Jovens Talentos, que direciona parte dos recursos do patrocínio para os atletas e técnicos, na forma de bolsa salário, com níveis de remuneração diretamente vinculados aos diferentes estágios técnicos de profissionalização e de classificação, mantidos pelos órgãos oficiais nacionais e internacionais, supervisionados diretamente pela Confederação Brasileira de Atletismo - CBAAt.

Em 2002, esses dois programas patrocinados contemplaram diretamente 104 atletas, compreendendo os 72 melhores classificados nacionalmente pela CBAAt e os 32 atletas integrantes do grupo de elite do Atletismo Brasileiro, cujo valor da bolsa-salário variou de acordo com índice técnico individual em cada modalidade.

Com o patrocínio da CAIXA, o Atletismo brasileiro obteve importantes conquistas em 2002: 24 atletas aparecem entre os melhores no ranking da Federação Internacional de Atletismo - IAAF, 13 na categoria principal e 11 juvenis, todos patrocinados pela CAIXA por meio do Programa Nacional CAIXA de Jovens Talentos e Programa CAIXA de Apoio a Atletas de Alto Nível.

Entre os adultos, os principais destaques são Maurren Higa Maggi, única sul-americana entre as Top 10 do mundo, e Keila da Silva Costa, que se tornou a primeira mulher a ganhar medalha para o Brasil em Campeonatos Mundiais, no Mundial Juvenil na Jamaica.

Programa de alfabetização solidária

O Programa Alfabetização Solidária é uma das ações criadas pelo Conselho da Comunidade Solidária, coordenado pela organização não governamental Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária. Seu objetivo é desencadear a oferta de educação de jovens e adultos.

O Projeto piloto foi realizado entre janeiro e julho de 1997 nos 38 municípios brasileiros com os maiores índices de analfabetismo (acima de 55%), já com a participação da CAIXA. Em apenas seis anos de existência, até o final de módulo XI, no primeiro semestre de 2002, o Programa Alfabetização Solidária atendeu 3.137.847 alunos, número que tem apresentado crescimento contínuo e acelerado, desde o projeto piloto, em que foram atendidos 9.200 alunos.

A meta para 2002 era atender 2.010 municípios, em 19 estados e abrir salas do Projeto Grandes Centros Urbanos em Belo Horizonte e São Luís, expandindo assim uma ação que já vem sendo executada em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiânia e Fortaleza. Pretendia-se para este ano atender 1,2 milhão de alunos, totalizando 3,6 milhões de alunos atendidos pelo Programa. Ainda no primeiro semestre de 2002, esta meta foi cumprida.

Em 2002, foram investidos R\$ 500 mil no Programa, que alcançou no período o número acumulado de 3,6 milhões de alunos atendidos, em 6 anos de atuação, em 22 estados do país, com a parceria de 204 Instituições de Ensino Superior e mais de 101 empresas, instituições e órgãos governamentais solidários e sete governos estaduais parceiros. O número de alunos atendidos pelo Programa, em 2002, foi de 1,3 milhão.

Fomento à cultura - Prêmio UNESCO de Cultura

A CAIXA recebeu, em 2002, o Prêmio UNESCO de Cultura pela sua destacada atuação na restauração de edifícios tombados pelo Patrimônio Histórico, na recuperação/revitalização de Sítios Históricos, e ainda pelo patrocínio e pela promoção às Artes Cênicas e Artes Plásticas em seus Conjuntos Culturais e pela Campanha Nacional pela Implantação do Estatuto da Cidade.

O Prêmio UNESCO foi criado com o objetivo de homenagear anualmente instituições públicas e da sociedade civil e/ou pessoas que se destacam por ações de relevância social nas áreas de envolvimento da Organização: educação, ciência, meio ambiente, cultura, comunicação e informação, direitos humanos e cultura de paz, juventude, cidadania e jornalismo.

Um dos mais importantes monumentos arquitetônicos do país em estilo neoclássico voltou a exibir a exuberância das construções dos tempos do Império, para abrigar preciosidades da história acompanhadas por criança de colo.

5. Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED

A CAIXA lançou, em 2002, o PROGED, cujo objetivo permanente é buscar soluções para racionalizar os gastos e eliminar os desperdícios com ligações telefônicas, consumo de material, energia elétrica, informática, entre outros, por meio do estímulo ao desenvolvimento do conhecimento organizacional sobre o assunto e conscientização para a responsabilidade individual na otimização do uso dos recursos.

Como meta, este programa prevê a redução de gastos e eliminação de desperdícios, até setembro de 2003, da ordem de R\$ 200 milhões. Até DEZ/2002, a CAIXA alcançou redução de R\$ 32,5 milhões nesses itens, o que corresponde à execução de 16,25% da meta estabelecida.

6. Âncora na Transparência e na Prudência

Em 2002, a CAIXA, para garantir seu fortalecimento, priorizou o processo de equilíbrio econômico-operacional de longo prazo, tendo como premissa o retorno mínimo necessário sobre o capital do acionista, evitando a assunção de riscos não suportáveis pela empresa e a geração de passivos contingentes. A explicitação de riscos e subsídios de programas públicos, a atuação competitiva no mercado, a transparência, a prudência, o controle, a governança e a gestão de riscos constituíram-se em temas que permearam a atuação da empresa no exercício.

A exposição da Instituição perante os analistas de mercado e a sociedade foi ampliada com a publicação das Informações Financeiras Trimestrais, por meio da *Internet*, revista especializada e apresentações às ABAMEC de São Paulo, Fortaleza, Rio de Janeiro, Centro-Oeste e Porto Alegre.

Em setembro de 2002, foi publicado o novo Estatuto da CAIXA, sucedido de adequação organizacional e da consolidação dos seus negócios fundamentais que, com base na política estabelecida na empresa, denominada “Âncora da Transparência”, foram apresentados à sociedade e aos analistas de mercado.

Cumprindo os preceitos dessa filosofia de gestão, o novo Estatuto, além de preservar executivo exclusivamente dedicado à supervisão das funções de controle, instituiu segregação das atividades da Vice-Presidência de Fundos, Programas e Serviços Delegados pelo Governo, a exemplo do que já ocorria, desde 1999, em relação às atividades de administração de ativos de terceiros – fundos de investimentos –, e viabilizou a criação de Vice-Presidências voltadas exclusivamente para a gestão da rede de distribuição e para a administração de riscos.

O Estatuto instituiu também a função de Ouvidoria, para facilitar o acesso dos clientes à CAIXA no caso de reclamações, críticas, elogios, denúncias, sugestões e obtenção de informações, buscando sua fidelidade e proporcionando fonte de referência para a melhoria dos produtos/serviços/canais e do atendimento.

Um dos maiores avanços na CAIXA foram em relação à implementação do Sistema de Controle Interno – SCI, desenvolvido desde 1999, com um conjunto de políticas e procedimentos adotados pela administração para assegurar um modo ordenado e eficiente de conduzir seus negócios, que inclui o cumprimento de diretrizes administrativas, a salvaguarda de ativos, tempestivo reconhecimento de passivos, a prevenção e detecção de fraudes ou erros, a precisão e integridade dos registros operacionais e contábeis, a preparação oportuna de informações econômico-financeiras e o gerenciamento dos riscos existentes.

A CAIXA apresentou, em relação ao Acordo de Basiléia, suficiência da ordem de R\$ 1,1 bilhão, com o percentual de 14,68% sobre os ativos ponderados pelo risco e, graças às medidas adotadas visando à redução de seu Ativo Permanente, encerrou o balanço de 31/12/2002 com aplicações neste item, em montante equivalente a 53,69% do seu PLA. Conforme demonstrativos levantados em JAN/03, a CAIXA alcançou o enquadramento no índice de imobilização estabelecido pelo CMN.

A CAIXA, consciente da importância do tema no cenário internacional e da sua relação com os elevados riscos a que estão expostas as instituições financeiras, constituiu, no exercício, Comitê de Prevenção contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro, cuja composição por um Vice-Presidente, que o preside, e por consultores de Vice-Presidentes, Diretores e Superintendentes evidencia o envolvimento da alta administração da empresa nas decisões inerentes.

Ainda no exercício foi desenvolvido treinamento na Universidade CAIXA, disponível e de conclusão obrigatória por todos os seus empregados até MAR/2003, a fim de que se capacitem para o adequado monitoramento das movimentações financeiras realizadas na instituição, bem como para detecção e tratamento de situações que caracterizem indícios de lavagem de dinheiro.

Para se adequar aos normativos legais, bem como conhecer os reais riscos a que se expõe em razão de suas posições assumidas no mercado, a CAIXA vem implementando sistemática de mensuração e administração de risco de mercado por meio de metodologia-padrão definida pelo Banco Central (Modelo-Padrão BACEN), em funcionamento desde 2000, e da implementação de um modelo proprietário, finalizado em 2002 e em fase de implantação. Os modelos adotados utilizam o conceito de *Value-at-Risk*, que dá a máxima perda esperada para um determinado período de tempo com dado grau de confiança requerido.

Metodologia semelhante está em fase de desenvolvimento para a administração dos riscos de crédito, operacional e corporativo, estando prevista a implantação dos respectivos modelos ao longo dos próximos exercícios.

Também no ano de 2002, pela primeira vez, a CAIXA submeteu-se à avaliação de empresa especializada em atribuição de *rating* internacional, obtendo a classificação A3 na Escala Global em Moeda Local. A Moody's, empresa responsável, atribuiu ainda a nota Aaa.br, também em moeda local, na Escala Nacional Brasileira de *Ratings*. No critério que avalia os fundamentos financeiros da empresa, particularmente sua capitalização e qualidade de ativos, a CAIXA recebeu graduação E+.

O *rating* é essencial para que a empresa participe do mercado internacional e faça, por exemplo, securitização externa de títulos com a emissão de eurobônus, atraia investidores para os programas de financiamento habitacional ou para a compra de letras hipotecárias.

Mais do que uma excelente classificação, a atribuição dos *ratings* significa transparência de gestão, firmeza de seus controles internos e consistência dos números apresentados por meio dos balanços e demonstrações financeiras.

7. Agradecimentos

O Conselho Diretor da CAIXA enaltece o Governo Federal, na qualidade de seu controlador, pelo apoio e pelo compromisso com o aprofundamento das transformações que ensejaram os resultados aqui relatados.

Registra ainda, em nome dos seus clientes e de todos os cidadãos brasileiros, beneficiários últimos dessas transformações, os seus agradecimentos e reconhecimento aos seus empregados, parceiros, fornecedores, estagiários, menores aprendizes, prestadores de serviço, empresários lotéricos e correspondentes bancários, pela competência e pelo desvelo com que têm se



KPMG Auditores Independentes

Office address

SBS Quadra 2- Bloco A - n° 1

Edifício Casa de São Paulo

70078-900 Brasília DF

Brazil

Central tel 55 (61) 2232024

Fax 55 (61) 2240473

Parecer dos auditores independentes

Ao

Conselho de Administração da

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa Econômica Federal - CAIXA levantados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo seguinte, foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da CAIXA; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da CAIXA, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. A CAIXA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), correspondentes a contratos habitacionais, próprios e adquiridos de outros agentes, com cobertura do FCVS. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação definida pelo FCVS. A CAIXA vem implementando um processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos. Por meio de nossos exames, constatamos que o atual estágio desse processo apresenta diversas inconsistências de dados ainda a serem regularizadas e um conjunto de contratos pendentes de análise e conferência, situação esta que nos impossibilitou obter uma base adequada para avaliação de eventuais perdas decorrentes de contratos que serão considerados irregulares para efeito de cobertura do FCVS. Conseqüentemente, não foi praticável, nas circunstâncias, a realização de trabalhos adicionais que nos permitissem concluir sobre a suficiência da provisão para perdas, registrada na rubrica "Relações interfinanceiras - Créditos vinculados - Sistema Financeiro da Habitação", cujos valores, em 31 de dezembro de 2002 e 2001, são de R\$ 2.904 milhões e R\$ 1.710 milhões, respectivamente.

4. Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes do assunto discutido no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA em 31 de dezembro de 2002 e 2001, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3(b), a CAIXA adotou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2002, os novos critérios para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, determinados pelo Banco Central do Brasil.
6. A CAIXA, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19(a), possui registrado em seu ativo o valor de R\$ 1.913 milhões (R\$ 2.042 milhões em 31 de dezembro de 2001), correspondente a créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, cuja realização e manutenção estão condicionadas à geração futura de lucros tributáveis e ao atendimento às regras definidas pela Resolução nº 3.059/02 do Banco Central do Brasil.
7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15(a), a CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sob a alegação de falta de recolhimento de contribuição previdenciária sobre determinados pagamentos efetuados aos seus empregados, e pela Receita Federal, sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP. Consoante entendimento de suas áreas jurídica e tributária, que alegam não serem passíveis de incidência de contribuição previdenciária todas as verbas relacionadas pelo INSS, e em face das possibilidades de êxito parcial na defesa da autuação referente ao PIS/PASEP, a administração da CAIXA entende não ser necessária a constituição de provisões para contingências referentes a essas autuações, complementares àquelas já existentes, e que totalizam R\$ 99 milhões (INSS) e R\$ 529 milhões (PIS/PASEP), em 31 de dezembro de 2002 (INSS - R\$ 218 milhões e PIS/PASEP - R\$ 500 milhões, em 31 de dezembro de 2001).
8. A CAIXA, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b) realizou, em junho de 2001, diversas operações amparadas pela Medida Provisória nº 2.196-2, de 26 de julho de 2001 (anteriormente Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001), que introduziu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Essas operações consistiram, basicamente, na cessão de ativos de baixa rentabilidade e liquidez, e no aumento de capital no valor de R\$ 9.350 milhões, resultando no enquadramento da CAIXA aos níveis mínimos de patrimônio requeridos pela Autoridade Monetária. Adicionalmente, a CAIXA procedeu a diversos ajustes contábeis em atendimento às práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, bem como às normas do Banco Central do Brasil.

7 de fevereiro de 2003

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-014428/O-6-F

Francesco Luigi Celso
Contador CRC-SP-175.348/O-5-S-DF

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

Ativo	2002	2001	Passivo	2002	2001
Circulante	35.311.216	18.776.746	Circulante	103.146.976	83.143.690
Disponibilidades	597.722	476.450	Depósitos (nota 11)	75.504.546	67.962.456
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	3.740.429	2.254.623	Depósitos a vista	5.158.665	4.446.912
Aplicações no mercado aberto	3.720.417	2.239.468	Depósitos de poupança	42.430.846	35.426.471
Aplicações em depósitos interfinanceiros	20.012	15.155	Depósitos a prazo	24.099.201	24.800.163
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	9.253.317	3.259.318	Depósitos especiais e de fundos e programas	3.803.621	3.288.450
Carteira própria	3.489.162	3.217.611	Depósitos em moeda estrangeira	12.213	460
Vinculados a compromissos de recompra	5.143.752	41.707	Captações no mercado aberto	18.936.859	2.566.513
Vinculados ao banco central	614.138	-	Carteira própria	12.778.799	937.409
Vinculados a prestação de garantias	4.520	-	Carteira de terceiros	6.158.060	1.629.104
Instrumentos financeiros derivativos	1.745	-	Recursos de aceites e emissões de títulos	1.319.353	6.602.663
Relações interfinanceiras (nota 6)	14.832.209	6.709.503	Recursos de letras hipotecárias (nota 12)	1.319.353	6.602.663
Pagamentos e recebimentos a liquidar	53.610	13.245	Relações interfinanceiras	145.062	68.337
Créditos vinculados - Depósitos no banco central	14.706.351	6.690.299	Recebimentos e pagamentos a liquidar	144.966	68.282
Repasses interfinanceiros	-	41	Correspondentes	96	55
Correspondentes	72.248	5.918	Relações interdependências	659.659	391.983
Relações interdependências	416.073	91.675	Recursos em trânsito de terceiros	558.663	390.480
Recursos em trânsito de terceiros	61.458	19.931	Transferências internas de recursos	100.996	1.503
Transferências internas de recursos	354.615	71.744	Obrigações por empréstimos	-	248.676
Operações de crédito (nota 7)	3.676.325	2.793.851	Empréstimos no País - Instituições oficiais	-	248.676
Empréstimos títulos descont. e financiamentos	4.371.186	3.036.400	Instrumentos financeiros derivativos	196.975	91.726
Financiamentos imobiliários	340.584	445.549	Outras obrigações (nota 15)	6.384.522	5.211.336
Financiamento de infra-estrutura e desenvolvimento	100.102	221.655	Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	69.881	151.036
Provisão para operações de créditos	(1.135.547)	(909.753)	Carteira de câmbio	3.925	12.357
Outros créditos (nota 8)	1.883.698	2.102.606	Sociais e estatutárias	221.699	-
Carteira de câmbio	3.928	12.357	Fiscais e previdenciárias	396.312	122.679
Rendas a receber	676.903	533.259	Negociação e intermediação de valores	-	1.069
Créditos específicos	17.885	31.953	Recursos para destinação específica:		
Diversos	1.184.982	1.525.037	Obrigações de operações com loterias	262.718	277.513
Outros valores e bens (nota 9)	911.443	1.088.720	Obrigações por fundos e programas sociais	1.496.521	367.659
Outros valores e bens	1.305.671	1.468.039	Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	56.516	124.528
Provisões para desvalorizações	(403.391)	(389.355)	Diversas	3.876.950	4.154.495
Despesas antecipadas	9.163	10.036	Exigível a longo prazo	20.642.837	14.295.492
Realizável a longo prazo	90.621.643	80.070.828	Depósitos (nota 11)	1.101.760	1.294.810
Aplicações interfinanc de liquidez (nota 4)	2.857.035	2.569.128	Depósitos a prazo	1.101.760	1.294.810
Aplicações no mercado aberto	2.857.035	2.569.128	Recursos de aceites e emissões de títulos	7.795.995	3.562.734
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	48.114.161	39.812.628	Recursos de letras imobiliárias	-	64.090
Carteira própria	39.387.708	38.279.100	Recursos de letras hipotecárias (nota 12)	7.438.265	3.498.644
Vinculados a compromissos de recompra	7.693.705	897.713	Recursos de letras de crédito imobiliário	357.730	-
Vinculados ao banco central	311	629.550	Obrigações por empréstimos (nota 13)	107.560	122.974
Instrumentos financeiros derivativos	5.508	-	Empréstimos no exterior	107.560	122.974
Vinculados a prestação de garantias	1.026.929	6.265	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (nota 14)	5.818.298	3.340.319
Relações interfinanceiras (nota 6)	20.460.880	20.233.309	Tesouro nacional	393.083	408.483
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	20.460.880	20.233.309	BNDES	312.149	275.567
Operações de crédito (nota 7)	15.966.584	13.483.418	FGTS	4.914.235	1.956.736
Empréstimos títulos desc. e financiamentos	3.117.978	2.997.801	Outras	198.831	699.533
Financiamentos imobiliários	14.411.445	12.835.902	Outras obrigações (nota 15)	5.819.224	5.974.655
Financiamento de infra-estrutura e desenvolvimento	393.350	123.757	Fiscais e previdenciárias	925.792	770.871
Provisão para operações de créditos	(1.956.189)	(2.474.042)	Obrigações por fundos e programas sociais	64.765	51.076
Outros créditos (nota 8)	3.222.983	3.972.345	Diversas	4.828.667	5.152.708
Rendas a receber	174.803	349	Patrimônio líquido (nota 17)	4.628.121	3.891.469
Negociação e intermediação de valores	-	3	Capital de domiciliados no país	3.345.727	12.350.000
Valores específicos	132.839	220.946	Reservas de capital	54.973	54.973
Diversos	3.322.890	4.089.393	Reservas de reavaliação	508.268	490.770
Provisão para outros créditos	(407.549)	(338.346)	Reservas de lucros	216.816	316.375
Permanente	2.485.075	2.483.077	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(256.730)	-
Investimentos (nota 10(a))	265.048	211.713	Lucros/prejuízos acumulados	759.067	(9.320.649)
Participações em coligadas e controladas no País	221.123	179.881	Total do ativo	128.417.934	101.330.651
Outros investimentos	65.649	53.549	Total do passivo	128.417.934	101.330.651
Provisão para perdas	(21.724)	(21.717)			
Imobilizado de uso (nota 10(b))	1.659.357	1.649.453			
Imóveis de uso	232.810	337.861			
Reavaliações de imóveis de uso	672.922	701.709			
Outras imobilizações de uso	1.628.736	1.441.344			
Depreciações acumuladas	(875.111)	(831.461)			
Diferido (nota 10(c))	560.670	621.911			
Gastos de organização e expansão	1.073.763	1.039.493			
Amortizações acumuladas	(513.093)	(417.582)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quota)

	Segundo semestre 2002	Exercício	
		2002	2001
Receitas da intermediação financeira	<u>10.578.774</u>	<u>17.812.907</u>	<u>12.722.801</u>
Operações de crédito	2.072.263	3.768.009	5.648.923
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.194.043	10.562.130	4.363.979
Resultado de câmbio	230	636	65
Resultado das aplicações compulsórias	2.312.238	3.482.132	2.709.834
Despesas da intermediação financeira	<u>(6.679.312)</u>	<u>(11.000.036)</u>	<u>(12.141.498)</u>
Operações de captação no mercado	(5.356.379)	(9.195.753)	(6.396.863)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(300.890)	(501.326)	(2.502.407)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(477.939)	(561.494)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(544.104)	(741.463)	(3.242.228)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>3.899.462</u>	<u>6.812.871</u>	<u>581.303</u>
Outras receitas/despesas operacionais	<u>(3.138.955)</u>	<u>(5.307.298)</u>	<u>(4.995.197)</u>
Receitas de prestação de serviços	2.217.729	4.233.890	3.230.239
Resultado de participações em coligadas e controladas	38.545	50.635	26.513
Despesas de pessoal (nota 20 (b))	(2.212.597)	(3.916.185)	(4.006.695)
Outras despesas administrativas (nota 20 (b))	(1.899.575)	(3.473.523)	(3.024.737)
Despesas tributárias	(325.209)	(637.781)	(422.754)
Outras receitas operacionais (nota 20 (a))	2.480.540	3.242.197	5.226.481
Outras despesas operacionais (nota 20 (a))	<u>(3.438.388)</u>	<u>(4.806.531)</u>	<u>(6.024.244)</u>
Resultado operacional	<u>760.507</u>	<u>1.505.573</u>	<u>(4.413.894)</u>
Resultado não operacional	<u>40.410</u>	<u>(21.006)</u>	<u>(273.438)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>800.917</u>	<u>1.484.567</u>	<u>(4.687.332)</u>
Despesa de imposto de renda	(172.075)	(195.820)	-
Despesa de contribuição social	(26.900)	(86.483)	-
Ativo fiscal diferido	<u>(85.283)</u>	<u>(121.171)</u>	<u>-</u>
Lucro/prejuízo líquido	<u><u>516.659</u></u>	<u><u>1.081.093</u></u>	<u><u>(4.687.332)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reserva de reavaliação	Reservas de lucros legal e outras	Ajuste valor de mercado	Lucros/prejuízos acumulados	Total	Total
	capital	Reserva especial Lei nº 8.200						
Saldos em 1º de julho de 2002	3.345.727	54.973	-	485.060	112.645	(126.680)	429.410	4.301.135
Ajustes ao valor de mercado-tvm e derivativos	-	-	-	-	-	(130.050)	-	(130.050)
Reavaliação de imóveis de uso próprio (nota 17(c))	-	-	-	213.182	-	-	-	213.182
Reversão de reservas	-	-	-	(159.029)	-	-	-	(159.029)
Encargos tributários s/reavaliação	-	-	-	(20.730)	-	-	-	(20.730)
Reserva de reav em coligadas/controladas	-	-	-	(398)	-	-	-	(398)
Realização de reserva	-	-	-	(9.817)	-	-	9.817	-
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	-	516.659	516.659
Destinações do lucro líquido: (nota 17(e))	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	104.171	-	(104.171)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(92.648)	(92.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	3.345.727	54.973	-	508.268	216.816	(256.730)	759.067	4.628.121
Saldos em 1º de janeiro de 2002	12.350.000	54.973	-	490.770	316.375	-	(9.320.649)	3.891.469
Ajustes ao valor de mercado-tvm e derivativos	-	-	-	-	-	(256.730)	96.635	(160.095)
Aumento de capital	316.375	-	-	-	(316.375)	-	-	-
Redução de capital (nota 17(a))	(9.320.648)	-	-	-	-	-	9.320.648	-
Reavaliação de imóveis de uso próprio	-	-	-	213.182	-	-	-	213.182
Reversão de reservas	-	-	-	(159.108)	-	-	-	(159.108)
Encargos tributários s/reavaliação	-	-	-	(17.310)	-	-	-	(17.310)
Reserva de reav em coligadas/controladas	-	-	-	589	-	-	-	589
Realização de reserva	-	-	-	(19.855)	-	-	19.855	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	1.081.093	1.081.093
Destinações do lucro líquido: (nota 17(e))	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	216.816	-	(216.816)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(221.699)	(221.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	3.345.727	54.973	-	508.268	216.816	(256.730)	759.067	4.628.121
Saldos em 1º de janeiro de 2001	3.000.000	54.973	10	513.746	168.995	-	(667.700)	3.070.024
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(3.838.423)	(3.838.423)
Aumento de capital	9.350.000	-	-	-	-	-	-	9.350.000
Reversão de reservas	-	-	(10)	(12.751)	-	-	-	(12.761)
Encargos tributários s/ reavaliação	-	-	-	9.961	-	-	-	9.961
Realização de reserva	-	-	-	(20.186)	-	-	20.186	-
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	(4.687.332)	(4.687.332)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	147.380	-	(147.380)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2001	12.350.000	54.973	-	490.770	316.375	-	(9.320.649)	3.891.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2002	Exercício	
		2002	2001
Origens de recursos	<u>20.722.051</u>	<u>30.912.854</u>	<u>81.318.000</u>
Lucro do período	<u>784.901</u>	<u>1.560.107</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	516.659	1.081.093	-
Depreciações e amortizações	306.787	529.649	-
Resultado de participações em coligadas e controladas	(38.545)	(50.635)	-
Aumento de capital	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.350.000</u>
Recursos originários de:	<u>19.365.305</u>	<u>28.762.332</u>	<u>69.643.632</u>
Aumento dos subgrupos do passivo	<u>17.161.746</u>	<u>27.648.049</u>	<u>12.094.419</u>
Depósitos	3.095.112	7.349.040	6.136.602
Captações no mercado aberto	10.782.428	16.370.346	1.253.614
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	1.198.943
Relações interfinanceiras	-	76.725	21.429
Relações interdependências	458.687	267.676	40.629
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1.389.183	2.477.979	-
Instrumentos financeiros e derivativos	54.687	196.975	-
Outras obrigações	1.381.649	909.308	3.443.202
Diminuição dos subgrupos do ativo	<u>2.203.559</u>	<u>1.114.283</u>	<u>57.549.213</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.787.321	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	5.367.466
Operações de crédito	-	-	49.333.128
Outros créditos	391.524	937.006	2.503.649
Outros valores e bens	24.714	177.277	344.970
Alienação de bens e investimentos:	<u>557.887</u>	<u>559.151</u>	<u>214.158</u>
Investimentos	400	400	6.212
Imobilizado	557.487	558.751	207.946
Baixas no diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.098.858</u>
Juros sobre capital próprio	<u>13.958</u>	<u>31.264</u>	<u>11.352</u>
Aplicações de recursos	<u>20.649.937</u>	<u>30.791.582</u>	<u>81.169.608</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.233.164</u>
Prejuízo líquido do semestre/exercício	-	-	4.687.332
Depreciações e amortizações	-	-	(480.681)
Resultado de participações em coligadas e controladas	-	-	26.513
Ajustes de exercícios anteriores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.838.423</u>
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	<u>130.050</u>	<u>160.095</u>	<u>-</u>
Inversões em:	<u>684.384</u>	<u>748.939</u>	<u>238.242</u>
Investimentos	-	3.100	18.469
Imobilizado	684.384	745.839	219.773
Aplicações no diferido	<u>123.933</u>	<u>237.150</u>	<u>339.347</u>
Recursos aplicados em:	<u>19.618.922</u>	<u>29.423.699</u>	<u>72.520.432</u>
Aumento dos subgrupos do ativo	<u>17.108.262</u>	<u>28.109.560</u>	<u>34.864.940</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.773.713	1.539.025
Títulos e valores mobiliários	8.702.858	14.295.532	33.278.505
Relações interfinanceiras	6.668.862	8.350.277	-
Relações interdependências	339.321	324.398	47.410
Operações de crédito	1.397.221	3.365.640	-
Diminuição dos subgrupos do passivo	<u>2.510.660</u>	<u>1.314.139</u>	<u>37.655.492</u>
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.938.006	1.050.049	-
Relações interfinanceiras	563.426	-	-
Obrigações por empréstimos	9.228	264.090	9.252.846
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	-	-	28.402.646
Dividendos propostos	<u>92.648</u>	<u>221.699</u>	<u>-</u>
Aumento das disponibilidades	<u>72.114</u>	<u>121.272</u>	<u>148.392</u>
Modificações nas disponibilidades			
Início do período	525.608	476.450	328.058
Fim do período	<u>597.722</u>	<u>597.722</u>	<u>476.450</u>
Aumento das disponibilidades	<u>72.114</u>	<u>121.272</u>	<u>148.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

a. Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos a vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos e de programas, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, possuindo contabilidade própria, sendo suas operações apresentadas em demonstrações financeiras segregadas.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Operações no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais

- i.** A CAIXA realizou em 2001 diversas operações amparadas pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 (anteriormente Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001), que introduziu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Essas operações estão resumidas a seguir:
 - a.** Cessão da totalidade da carteira de crédito imobiliário com cobertura e de parte da carteira sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) para a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA (empresa criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001) pelo valor contábil, que corresponde a R\$ 26.613.556, líquido de provisões, cujo pagamento foi realizado por meio de assunção de dívida da CAIXA com o FGTS (R\$ 26.188.122), FAHBRE (R\$ 382.710) e FDS (R\$ 42.724).
 - b.** Aquisição pela União de créditos representativos de contratos de “Saneamento e Infra-estrutura Urbana” e de Habitação, concedidos com recursos do FGTS, pelo valor contábil de R\$ 8.198.347, líquido de provisões, com pagamento mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT).
 - c.** Aumento de capital no valor de R\$ 9.350.000, mediante assunção pela União da dívida da CAIXA com o BACEN, referente aos empréstimos do PROER.
 - d.** Permuta com a União de créditos concedidos pela CAIXA referentes à Lei nº 8.727/93 (refinanciamento de dívidas estaduais e municipais) por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), pelo valor contábil de R\$ 12.999.999.
 - e.** Troca com a União dos títulos CVS no valor de R\$ 5.671.495 recebidos em decorrência da novação de créditos com o FCVS, por Letras Financeiras do Tesouro (LFT).
 - f.** Liquidação antecipada de parte da dívida da CAIXA com o FGTS, com a utilização de títulos CVS, no montante de R\$ 6.000.000.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- ii. Adicionalmente, a CAIXA efetuou ajustes contábeis com o objetivo de atender às práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, bem como às normas do Banco Central do Brasil. Os principais ajustes ocorridos na reestruturação patrimonial no mês de junho de 2001 estão assim resumidos:

	Patrimônio líquido (*)	Resultado
Reversão da reserva de risco de crédito das operações do FGTS, tendo em vista que a União assumiu o risco de crédito para as operações efetuadas até 1º de junho de 2001 (Nota 16(b))	2.541.482	-
Provisão para perdas FCVS a receber	(2.174.127)	-
Provisão adicional de risco de crédito para atendimento à Resolução nº 2.682/99	(2.280.458)	-
Provisão adicional para outros valores e bens	(174.671)	-
Amortização de 100% do diferido decorrente dos descontos em liquidações antecipadas de financiamentos SFH	(2.098.858)	107.766
Provisão para complemento do passivo com a FUNCEF (Nota 15(c))	(1.738.745)	(84.414)
Provisões para contingências	-	(1.722.513)
Outras	(820)	-
	<u>(3.838.423)</u>	<u>(3.786.935)</u>

(*) Ajustes de exercícios anteriores

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

a. Apuração do resultado

Apurado pelo regime de competência de exercícios.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Ativo circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização.

Títulos e valores mobiliários - O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/2001, estabeleceu um conjunto de novos critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada “Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

- **Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Instrumentos financeiros derivativos - Da mesma forma, de acordo com a Circular nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção “hedge”.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “hedge” de acordo com sua natureza:

- **“Hedge” de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.
- **“Hedge” de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é ajustada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “hedge” é reconhecida diretamente no resultado.

c. Permanente

Apresentado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Reavaliações de imóveis efetuadas em dezembro de 2002 (a cada 4 anos);
- Provisões para desvalorizações de outros investimentos, quando aplicável;

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- A depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo imóveis de uso - 4%, equipamentos - 10%, veículos - 20% e outros bens de uso - 10% a 20%; e
- A amortização do diferido é calculada pelo método linear no prazo de até 5 (cinco) anos.

d. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e variações monetárias “pro rata” dia e cambiais incorridos.

A contribuição ao PASEP foi calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS foi apurada à alíquota de 3%, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10%, a título de adicional, conforme limite estabelecido em Lei. A provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi constituída à alíquota de 9%, incidindo sobre o lucro líquido ajustado antes do imposto de renda.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

	2002	2001
Aplicações no mercado aberto	<u>6.577.452</u>	<u>4.808.596</u>
Posição bancada	<u>417.316</u>	<u>3.179.492</u>
Letras Financeiras do Tesouro	199.903	948.032
Letras do Tesouro Nacional	189.414	1.189.926
Notas do Tesouro Nacional		242.072
Notas do Banco Central	27.999	799.462
Posição financiada	<u>6.160.136</u>	<u>1.629.104</u>
Letras Financeiras do Tesouro	4.047.602	488.159
Letras do Tesouro Nacional	2.012.475	200.165
Notas do Tesouro Nacional	100.059	265.941
Notas do Banco Central	<u>-</u>	<u>674.839</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>20.012</u>	<u>15.155</u>
	<u>6.597.464</u>	<u>4.823.751</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Novo critério de avaliação e classificação contábil

Em função da adaptação às novas regras determinadas pelas Circulares n°s 3.068/2001 e 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios de classificação da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, considerando o valor de mercado em 31 de dezembro de 2001, são os seguintes:

Categoria	Lucros/prejuízos acumulados
Títulos para negociação	
Ajuste positivo ao valor de mercado	3.429
Títulos disponíveis para venda	
Reversão de provisão - Dezembro de 2001	9.853
Títulos mantidos até o vencimento	
Reversão de provisão - Dezembro de 2001	84.276
Instrumentos financeiros derivativos	
Ajuste ao valor de mercado	(923)
	<u>96.635</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio
Títulos disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro	91.794	(158.188)	(66.394)
Letras do Tesouro Nacional		(8.990)	(8.990)
Notas do Tesouro Nacional		(294.881)	(294.881)
Notas do Banco Central		(102.831)	(102.831)
Debêntures Petrobrás	1.956	-	1.956
Debêntures Siderbras		(662)	(662)
Títulos da Dívida Agrária	13	(395)	(382)
CVS		(2.938)	(2.938)
Eletrobrás	<u>-</u>	<u>(196)</u>	<u>(196)</u>
Hedge de fluxo de CAIXA (Nota 3(b))	<u>218.588</u>	<u>-</u>	<u>218.588</u>
	<u>312.351</u>	<u>(569.081)</u>	<u>(256.730)</u>

c. Impactos no lucro líquido e no patrimônio líquido sem os efeitos das Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002

Demonstramos a seguir o valor do lucro líquido e do Patrimônio Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, sem os efeitos provocados pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002 do BACEN:

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Saldos com os efeitos da aplicação das circulares	<u>1.081.093</u>	<u>4.628.121</u>
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação	(37.318)	(3.429)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(559.228)	465.465
Ajuste ao valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento	(944.577)	(84.276)
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	(2.499)	(217.666)
Ajuste total no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>(1.543.622)</u>
Saldos sem os efeitos da aplicação das circulares	<u>(462.529)</u>	<u>3.244.593</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Categoria	2002
Títulos para negociação	7.733.800
Títulos disponíveis para venda	10.560.204
Títulos mantidos até o vencimento	39.066.221
Instrumentos financeiros derivativos	<u>7.253</u>
	<u>57.367.478</u>

e. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	2002	2001
Carteira própria	<u>42.876.870</u>	<u>41.496.711</u>
Títulos de renda fixa	<u>42.577.899</u>	<u>41.170.279</u>
Letras Financeiras do Tesouro	38.551.825	37.245.717
Letras do Tesouro Nacional	148.789	2.229.800
Notas do Tesouro Nacional	1.691.338	307.844
Notas do Banco Central	594.645	121.430
Certificado Financeiro do Tesouro	1.521.976	1.241.853
Outros títulos	<u>69.326</u>	<u>23.635</u>
Cotas de fundos de investimentos	<u>298.971</u>	<u>326.432</u>
Títulos vinculados	<u>14.483.355</u>	<u>1.575.235</u>
Operações compromissadas	<u>12.837.457</u>	<u>939.420</u>
Letras Financeiras do Tesouro	11.751.256	939.420
Letras do Tesouro Nacional	773.450	-
Notas do Tesouro Nacional	312.751	-
Banco Central	<u>614.449</u>	<u>629.550</u>
Letras Financeiras do Tesouro	614.449	629.550
Prestação de garantias	<u>1.031.449</u>	<u>6.265</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.031.449	6.265
Instrumentos financeiros derivativos	<u>7.253</u>	-
	<u>57.367.478</u>	<u>43.071.946</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

f. Classificação consolidada por categorias e prazos:

Títulos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	<u>5.695.902</u>	<u>272.237</u>	<u>1.563.252</u>	<u>202.409</u>	<u>7.733.800</u>	<u>7.828.632</u>	<u>7.733.800</u>
Letras Financeiras do Tesouro	4.268.563	-	1.500.500	-	5.769.063	5.836.953	5.769.063
Letras do Tesouro Nacional	1.423.413	-	-	-	1.423.413	1.438.189	1.423.413
Notas do Tesouro Nacional	3.926	272.237	62.752	196.608	535.523	547.944	535.523
Debêntures Petrobras	-	-	-	5.801	5.801	5.546	5.801
Títulos disponíveis para venda	<u>1.981.399</u>	<u>3.067.876</u>	<u>3.449.570</u>	<u>2.061.359</u>	<u>10.560.204</u>	<u>11.035.522</u>	<u>10.560.204</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.487.546	2.023.427	2.914.013	239.729	6.664.715	6.731.109	6.664.715
Letras do Tesouro Nacional	-	115.393	-	-	115.393	124.383	115.393
Notas do Tesouro Nacional	64.060	613.064	314.056	423.709	1.414.889	1.709.771	1.414.889
Notas do Banco Central	352.876	154.519	87.250	-	594.645	697.475	594.645
CFT	63.761	127.519	127.523	486.632	805.435	805.435	805.435
CVS	-	-	-	567.701	567.701	570.639	567.701
TBA	2.475	-	-	-	2.475	2.475	2.475
ELET	-	32.454	-	-	32.454	32.650	32.454
TDA	1.182	1.500	125	-	2.807	3.189	2.807
Debêntures Siderbras	9.499	-	-	-	9.499	10.160	9.499
Debêntures Petrobras	-	-	-	44.617	44.617	42.662	44.617
Títulos estaduais	-	-	6.603	-	6.603	6.603	6.603
Cotas do FDS	-	-	-	10.144	10.144	10.144	10.144
Cotas do FND	-	-	-	288.827	288.827	288.827	288.827
Títulos mantidos até o vencimento	<u>1.574.271</u>	<u>30.220.753</u>	<u>7.217.521</u>	<u>53.676</u>	<u>39.066.221</u>	<u>39.066.221</u>	<u>38.037.368</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.574.271	30.106.842	7.217.521	-	38.898.634	38.898.634	37.878.150
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	53.676	53.676	53.676	53.676
SUNA	-	113.911	-	-	113.911	113.911	105.542
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.745</u>	<u>3.020</u>	<u>2.488</u>	<u>-</u>	<u>7.253</u>	<u>7.253</u>	<u>7.253</u>
Total	<u>9.253.317</u>	<u>33.563.886</u>	<u>12.232.831</u>	<u>2.317.444</u>	<u>57.367.478</u>	<u>57.937.628</u>	<u>56.338.625</u>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseiam-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

g. Instrumentos financeiros derivativos

As posições desses derivativos, que se referem a contratos de “swap”, têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 7.769.981 (2001 - R\$ 7.920.739). O diferencial a pagar nessa data monta a R\$ 196.975 (2001 - R\$ 91.726) e o diferencial a receber, a R\$ 7.253 (2001 - R\$ 591).

6 Créditos vinculados

- a. Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos a vista.
- b. A rubrica “SFH - Sistema Financeiro da Habitação” inclui os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante, líquido de provisões, de R\$ 20.336.143, conforme demonstrativo a seguir (2001 - R\$ 20.230.224), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR).

Especificação	2002	2001
Créditos originados na CAIXA	11.882.458	11.329.004
Créditos recebidos em dação de pagamento	2.983.139	3.068.075
Adquiridos de terceiros internalizados	5.534.403	3.468.085
Adquiridos e administrados por terceiros	2.839.764	4.075.590
	<u>23.239.764</u>	<u>21.940.754</u>
Provisão de possíveis perdas e rejeições	(2.903.621)	(1.710.530)
	<u>20.336.143</u>	<u>20.230.224</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em decorrência de compromisso assumido pela União, para permuta dos CVS gerados na novação, por títulos públicos federais, em dezembro de 2002 e 2003, por seus valores de face, não foi necessária a marcação a mercado desses créditos. A permuta prevista para 2002, no valor de R\$ 5.438.956 referentes a créditos já homologados, não foi concretizada, ficando sua efetuação para 2003, em função da análise de possíveis impactos referentes à correção monetária do plano Collor, discutida em algumas ações que tramitam na justiça, sobre os saldos dos financiamentos concedidos no âmbito do SFH.

O processo de novação é precedido das fases de habilitação e homologação com o FCVS, ocasiões em que são feitas análises de consistência de valores e documentações pertinentes, podendo ocorrer rejeições.

Para os créditos adquiridos de terceiros, há cláusula de pró-solvência nos contratos, prevendo a recomposição dos valores por parte dos cedentes em casos de rejeição. Para cobertura das rejeições nos demais créditos, bem como em complemento à garantia prevista nos contratos acima citados, há provisão para perdas no montante de R\$ 2.903.621 (2001 – R\$ 1.710.530).

7 Carteira de crédito

a. Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2002	2001
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos: (1)	7.489.164	6.034.201
Financiamentos Imobiliários	14.752.029	13.281.451
Financiamentos de Infra-estrutura e Desenvolvimento	493.452	345.412
Outros créditos	<u>800.858</u>	<u>1.285.237</u>
	<u>23.535.503</u>	<u>20.946.301</u>

(1) Contempla financiamentos ao setor público de contratos de refinanciamento de dívidas do governo federal, no valor de R\$ 640.159 (2001 - R\$ 630.304), com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Composição por setor de atividade das operações de crédito

Descrição	2002	2001
Setor público federal	<u>648.272</u>	<u>637.876</u>
Governo - Administração indireta	7.904	7.381
Atividades Empresariais - Intermediários financeiros	640.368	630.495
Setor público estadual	<u>364.877</u>	<u>1.018.435</u>
Governo	<u>39.639</u>	<u>795.123</u>
Administração direta	39.639	
Administração indireta		795.123
Atividades Empresariais	<u>325.238</u>	<u>223.312</u>
Indústria	319.020	215.337
Intermediários Financeiros	6.218	5.294
Companhias habitacionais		2.681
Setor público municipal	<u>153.421</u>	<u>111.826</u>
Governo	<u>71.365</u>	<u>51.937</u>
Administração direta	70.522	51.937
Administração indireta	843	
Atividades Empresariais - Indústria	<u>82.056</u>	<u>59.889</u>
Setor privado	<u>22.368.933</u>	<u>19.178.164</u>
Indústria	101.519	74.584
Comércio	680.979	537.414
Intermediários Financeiros	9.282	1.886
Outros Serviços	818.636	723.423
Pessoas Físicas	6.027.472	4.355.474
Habitação - PF/PJ	<u>14.731.045</u>	<u>13.485.383</u>
	<u>23.535.503</u>	<u>20.946.301</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Concentração dos principais devedores

	2002	%	2001	%
Principal devedor	640.159	2,72	630.304	3,01
10 maiores devedores	862.873	3,67	958.748	4,58
20 maiores devedores	965.446	4,10	1.043.087	4,98
50 maiores devedores	1.110.494	4,72	1.171.294	5,59
100 maiores devedores	1.186.935	5,04	1.273.128	6,08

d. Composição das operações de crédito por faixa de vencimento

	2002			2001
	Setor público	Setor privado	Total	Total
Curto prazo	<u>11.120</u>	<u>2.777.227</u>	<u>2.788.347</u>	<u>1.323.871</u>
De 0 a 90 dias	5.264	1.444.327	1.449.591	424.794
De 91 a 360 dias	5.856	1.332.900	1.338.756	899.077
Longo prazo	<u>1.055.888</u>	<u>17.667.743</u>	<u>18.723.631</u>	<u>17.242.697</u>
De 1 ano até 3 anos	13.380	2.418.146	2.431.526	2.176.923
De 3 anos até 5 anos	13.080	1.115.759	1.128.839	1.031.200
De 5 anos até 15 anos	857.890	6.073.186	6.931.076	7.444.490
Mais de 15 anos	<u>171.538</u>	<u>8.060.652</u>	<u>8.232.190</u>	<u>6.590.084</u>
Total normal	<u>1.067.008</u>	<u>20.444.970</u>	<u>21.511.978</u>	<u>18.566.568</u>
Total vencido	<u>99.562</u>	<u>1.923.963</u>	<u>2.023.525</u>	<u>2.379.733</u>
Total geral	<u>1.166.570</u>	<u>22.368.933</u>	<u>23.535.503</u>	<u>20.946.301</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

e. Classificação por níveis de risco das operações de crédito

Risco	Empréstimos títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos imobiliários	Outros créditos	Total 2002	%	Total 2001	%
AA	404.784	640.159	288.582		1.333.525	5,67	1.253.755	5,99
A	984.939	350.767	4.837.584	58.477	6.231.767	26,47	5.094.542	24,32
B	700.975	399.830	1.543.606	337.239	2.981.650	12,67	2.677.095	12,78
C	919.830	445.913	2.517.386	32.999	3.916.128	16,64	4.264.045	20,36
D	805.028	794.388	4.546.739	15.758	6.161.913	26,18	3.726.132	17,79
E	68.431	23.814	361.652	116	454.013	1,93	390.404	1,86
F	43.452	134.215	180.707	102	358.476	1,52	1.032.181	4,93
G	57.970	14.178	126.720	33	198.901	0,85	327.117	1,56
H	<u>552.776</u>	<u>147.715</u>	<u>842.505</u>	<u>356.134</u>	<u>1.899.130</u>	<u>8,07</u>	<u>2.181.030</u>	<u>10,41</u>
	<u>4.538.185</u>	<u>2.950.979</u>	<u>15.245.481</u>	<u>800.858</u>	<u>23.535.503</u>	<u>100,00</u>	<u>20.946.301</u>	<u>100,00</u>

f. Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Os valores provisionados até 31 de dezembro de 2002 apresentam a seguinte composição:

Risco	Empréstimos títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos imobiliários	Outros créditos	Total 2002	%	Total 2001	%
A	4.925	1.754	24.188	292	31.159	0,90	25.474	0,68
B	7.010	3.998	22.284	3.372	29.817	0,87	26.771	0,72
C	37.595	23.377	102.587	989	164.548	4,76	127.921	3,44
D	124.499	123.434	618.525	1.672	874.977	25,33	499.079	13,41
E	20.530	7.145	108.495	34	136.204	3,94	117.121	3,15
F	21.725	67.108	90.353	51	179.237	5,19	516.091	13,86
G	40.579	9.925	88.704	23	139.231	4,03	228.983	6,15
H	<u>552.776</u>	<u>147.715</u>	<u>842.505</u>	<u>356.134</u>	<u>1.899.130</u>	<u>54,98</u>	<u>2.181.030</u>	<u>58,59</u>
	<u>809.639</u>	<u>384.456</u>	<u>1.897.641</u>	<u>362.567</u>	<u>3.454.303</u>	<u>100,00</u>	<u>3.722.470</u>	<u>100,00</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

g. Movimentação da provisão para operações de crédito

	2002	2001
Saldo inicial	3.722.470	4.091.174
Constituições	1.382.477	4.390.196
Reversões	(641.014)	(1.147.968)
Baixas contra provisão	<u>(1.009.630)</u>	<u>(3.610.932)</u>
	<u>3.454.303</u>	<u>3.722.470</u>

h. Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	2002	2001
Valor das operações renegociadas no exercício	979.364	1.194.609
Valor das operações lançadas a prejuízo no exercício	1.009.630	842.190
Valor das operações recuperadas no exercício	3.766	1.122

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

A rubrica “Rendas a receber” inclui o valor de R\$ 148.370, referente a dividendos propostos a receber do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND e R\$ 703.336 referente aos valores a receber por conta da prestação de serviços.

b. Valores específicos

	2002	2001
Créditos com a União - Negociação com imóveis		107.818
Créditos com a União - Voto 162 MP 1.702	90.998	74.642
Créditos com a União - Decreto-Lei nº 2.164/84	41.841	37.604
Outros	<u>-</u>	<u>882</u>
	<u>132.839</u>	<u>220.946</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Outros créditos diversos

	2002	2001
Adiantamentos	279.730	237.719
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (i)	149.200	625.776
Créditos tributários (Nota 19)	1.913.055	2.034.228
Valores a receber - BAMERINDUS (ii)	302.941	302.941
Devedores por depósitos em garantia SASSE/PREVHAB	806.037	744.289
Impostos e contribuições a compensar	22.856	74.474
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA	180.802	142.641
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (iii)	574.240	648.130
Seguros a receber	168.868	157.313
Lotéricos a receber	-	95.285
Outros devedores	<u>110.143</u>	<u>391.812</u>
	<u>4.507.872</u>	<u>5.614.430</u>

- (i) Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado da Bahia, sendo parte liquidada em novembro de 2002. O valor remanescente é remunerado pela taxa SELIC.
- (ii) Refere-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados.
- (iii) Refere-se a valores a faturar e a receber de cartões de créditos e valores registrados a débito de financiamentos imobiliários, não classificados pelo Sistema de Controle de Financiamentos - SIACI, compreendendo movimentos em operações mantidas na CAIXA, bem como em operações cedidas à EMGEA e ao Tesouro Nacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos. Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota 15 (c).

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Provisão para outros créditos

De acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.048/2002, os títulos de crédito a receber deverão ser classificados como “com característica de concessão de crédito” e “sem característica de concessão de crédito”, tendo a CAIXA efetuado a sua segregação, conforme demonstrado a seguir:

	2002	2001
Provisão - Outros créditos com característica	(362.567)	(324.209)
Provisão - Outros créditos sem característica	<u>(44.982)</u>	<u>(14.137)</u>
	<u>(407.549)</u>	<u>(338.346)</u>

9 Outros valores e bens

Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação elaborado pelos peritos da CAIXA.

A partir do 2º semestre de 1999, a CAIXA iniciou processo de reavaliação dos bens não de uso mantidos em estoque há mais de um ano com vistas a ajustá-los aos valores atuais de mercado. Em dezembro de 2002, constam em estoque 654 imóveis com laudos vencidos, porém 100% provisionados no montante de R\$ 11.528, assim desdobrado: 15 imóveis patrimoniais no valor de R\$ 1.418 e 639 imóveis adjudicados/arrematados no valor de R\$ 10.110.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

10 Ativo permanente

a. Investimentos

As participações em sociedades controladas são substancialmente formadas por SASSE – Caixa Seguradora S.A. e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As principais informações sobre a investida e o investimento, posicionadas em novembro, estão apresentadas como segue:

	2002	2001
Investida		
Patrimônio líquido	728.125	647.317
Capital social	360.000	343.851
Quantidade de ações	16.930.108	16.837.296
Reserva de reavaliação/retenção de lucros	1.640	2.948
Reserva de ágio	285.252	286.349
Lucros acumulados	81.651	11.220
Valor patrimonial da ação - R\$	43,01	38,45
Investimento		
Quantidade de ações possuídas	8.161.426	8.116.707
Participação societária (%)	48,20658	48,20658
Valor contábil do investimento	212.703	172.589
Resultado da equivalência	<u>40.114</u>	<u>31.411</u>
Outros investimentos	<u>52.345</u>	<u>39.124</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Imobilizado de uso

	2002			2001		
	Custo	Depreciação	Valor residual	Custo	Depreciação	Valor residual
Imóveis de uso	905.732	(29.638)	876.094	1.039.570	(94.703)	944.867
Edificações	165.315	(27.899)	137.416	239.948	(29.832)	210.116
Reavaliação de edificações	480.579	(1.739)	478.840	494.482	(64.871)	429.611
Terrenos	67.495	-	67.495	97.913	-	97.913
Reavaliação de terrenos	192.343	-	192.343	207.227	-	207.227
Imobilizações em curso	105.040	-	105.040	97.264	-	97.264
Instalações, móveis e equipamentos de uso	358.951	(186.419)	172.532	354.725	(167.716)	187.009
Sistema de comunicação	49.309	(19.576)	29.733	47.140	(14.621)	32.519
Sistema de processamento de dados	1.064.146	(624.307)	439.839	896.964	(543.198)	353.766
Sistema de transporte e segurança	50.503	(15.171)	35.332	43.594	(11.223)	32.371
Outras Imobilizações de Uso	787	-	787	1.657	-	1.657
	<u>2.534.468</u>	<u>(875.111)</u>	<u>1.659.357</u>	<u>2.480.914</u>	<u>(831.461)</u>	<u>1.649.453</u>

Em atendimento à Circular nº 2.824/1998, a CAIXA em dezembro de 2002 efetuou reavaliação de 100% dos imóveis de uso, anteriormente reavaliados em outubro de 1998, gerando um aumento do ativo imobilizado no valor de R\$ 213.182.

A CAIXA, durante o ano de 2002, ofereceu ao mercado diversos imóveis de sua propriedade com locação garantida, sendo alienados 345 imóveis, com redução do seu ativo permanente no valor de R\$ 233.551, sendo R\$ 95.537 referentes a valor residual do custo histórico corrigido e R\$ 138.014 referentes à reserva de reavaliação.

c. Diferido

	2002	2001
Gastos em imóveis de terceiros	324.237	303.092
Gastos com projetos logiciais	507.116	375.007
Benfeitorias em imóveis próprios	242.410	361.394
Amortizações acumuladas	(513.093)	(417.582)
	<u>560.670</u>	<u>621.911</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Enquadramento no índice de imobilização

A Resolução BACEN nº 2.669/1999 prevê que as Instituições Financeiras não poderão, a partir de 31 de dezembro de 2002, manter recursos aplicados em seu ativo permanente em valores superiores a 50% do correspondente Patrimônio Líquido Ajustado. A CAIXA, não obstante as medidas adotadas visando à redução de seu Ativo Permanente, encerrou o balanço daquela data com aplicações neste item, em montantes equivalentes a 53,69% do seu Patrimônio Líquido Ajustado.

Os demonstrativos levantados na posição de 31 de janeiro de 2003 indicam, contudo, que tal enquadramento já foi devidamente alcançado.

11 Depósitos

- a. Os depósitos a prazo incluem os depósitos judiciais, no montante de R\$ 21.352.062 (2001 - R\$ 20.146.419), os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR). Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	2002			2001	
	A vista	A prazo	Poupança	Total	Total
Curto prazo	<u>5.158.665</u>	<u>24.111.414</u>	<u>42.430.846</u>	<u>71.700.925</u>	<u>64.674.006</u>
Sem vencimento	5.158.665	21.352.062	42.430.846	68.941.573	60.064.573
De 31 a 90 dias	-	1.211.278	-	1.211.278	1.848.786
De 91 a 360 dias	-	1.548.074	-	1.548.074	2.760.647
Longo prazo	<u>-</u>	<u>1.101.760</u>	<u>-</u>	<u>1.101.760</u>	<u>1.294.810</u>
Acima de 360 dias	-	1.101.760	-	1.101.760	1.294.810
	<u>5.158.665</u>	<u>25.213.174</u>	<u>42.430.846</u>	<u>72.802.685</u>	<u>65.968.816</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- b. Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas, sendo atualizados os depósitos do FGTS pela taxa SELIC, conforme Resoluções n^{os} 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, e os demais - Especiais com remuneração, FAS, FISANE e PRODEC, atualizados pela TR; os depósitos do PROGER e do FAT, atualizados pela taxa SELIC; os depósitos do PIS, atualizados pela DEDIP e, quando aplicável, juros de até 6% ao ano, demonstrados como segue:

	2002	2001
Depósitos - FGTS	816.874	1.495.309
Depósitos - especiais com remuneração	872.849	672.711
Depósitos - FAS	313.271	295.785
Depósitos - PROGER	1.413.581	502.935
Depósitos - FISANE	142.117	120.931
Depósitos - PRODEC	32.612	43.699
Depósitos - PIS	-	29.455
Depósitos - FAT	90.001	-
Outros	<u>122.316</u>	<u>127.625</u>
	<u>3.803.621</u>	<u>3.288.450</u>

12 Recursos de letras hipotecárias

Captados por meio de letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário, sobre as quais incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), IGP-M ou INPC.

As emissões em TR são acrescidas de juros médios de 11,82% (incluindo todas as operações originais com e sem “swap”, ponderadas pelo saldo atualizado) e prazo mínimo de resgate de 180 dias.

As emissões em IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,83% e 10,93% ao ano, respectivamente, e prazo mínimo de resgate de cinco anos.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M são acrescidas de juros médios de 10,79% ao ano e prazo mínimo de resgate de três anos.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

13 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 5,32% ao ano e variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente, a dólares estadunidenses, com vencimentos até 2013.

14 Obrigações por repasses do País - instituições oficiais

Compostos, substancialmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,10% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 15 anos.

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2002	2001
Provisão IR s/reserva de reavaliação - Edificações	120.131	107.403
Provisão CS s/reserva de reavaliação - Edificações	43.247	38.665
Provisão IR/CSLL s/"hedge" de fluxo de caixa	112.606	
Provisão para contingências - PASEP (i)	529.209	500.000
Contribuições previdenciárias	82.393	39.494
Contribuições fiscais	95.807	56.000
Tributos municipais e estaduais (iii)	137.393	122.834
Imposto de renda a pagar	71.597	-
Provisão para outros riscos fiscais (ii)	99.341	-
Outros	<u>30.380</u>	<u>29.154</u>
	<u>1.322.104</u>	<u>893.550</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 2.691.943 de principal, R\$ 2.011.254 de multa e R\$ 4.561.181 de juros, a valores de 31 de dezembro de 2002.

A CAIXA apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 3 de fevereiro de 1999. De acordo com o voto do Conselheiro Relator, os elementos trazidos ao processo pela fiscalização não permitem a identificação de quais exclusões da base tributável do PASEP foram consideradas improcedentes e qual a motivação para que o Fisco efetuasse a glosa. Conforme resolução dos membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, o julgamento foi convertido em diligência à Secretaria da Receita Federal - SRF, para que a fiscalização esclarecesse os fatos e justificasse a glosa efetuada, cientificando a CAIXA do teor dessa manifestação e abrindo-lhe prazo adequado para que se pronunciasse a respeito. A Delegacia da Receita Federal em Brasília cientificou a CAIXA, em 21 de outubro de 1999, sobre o relatório de diligência, no qual o Fisco manteve os mesmos motivos alegados na autuação. A CAIXA encaminhou pronunciamento sobre o relatório de diligência fiscal ao Segundo Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 7 de novembro de 2000. De acordo com a resolução dos membros do conselho, o julgamento foi convertido em nova diligência à SRF. A CAIXA tomou ciência do Relatório de Diligência Fiscal em 26 de abril de 2001. Nele o Fisco manteve os motivos alegados na atuação, mencionando que não caberia mais exame de identificação das contas glosadas. Em 28 de maio de 2001, a CAIXA encaminhou novo pronunciamento ao Segundo Conselho de Contribuintes, no qual o processo se encontra aguardando novo julgamento. Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, há ainda recursos na esfera judicial. Com base na opinião de seus consultores jurídicos e tributários, considerando as jurisprudências já divulgadas sobre a matéria, e em face das possibilidades de êxito vislumbradas, a Administração entende que a provisão constituída no valor de R\$ 529.209 (2001 - R\$ 500.000) é suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis em algumas partes do processo.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1989 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2002, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 797.059 (2001 - R\$ 919.861).

É entendimento da CAIXA que os pagamentos autuados não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista sua característica indenizatória.

Consoante o que determina o art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, os processos em andamento foram encaminhados à Advocacia Geral da União - AGU para análise e solução das controvérsias existentes entre a CAIXA e o INSS, tendo sido criado Grupo de Trabalho específico, com representação de ambas as partes, resultando no reconhecimento, por parte da CAIXA, de alguns processos.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos e tributários, a Administração, em face das possibilidades de êxito vislumbradas para os demais processos, entende desnecessária a constituição de provisões adicionais para essas contingências, além daquela registrada na rubrica “Provisão para contingências - Outras” no valor de R\$ 99.341 (2001 - R\$ 218.324). Do montante do ano de 2001, foram baixados por pagamento R\$ 181.000 e constituiu-se provisão complementar no valor de R\$ 62.017 em função de reavaliação de risco dos processos.

- (iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA, nos diversos municípios da federação, sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2002 corresponde ao montante de R\$ 123.341, totalmente provisionados.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Recursos para destinação específica

	2002	2001
Obrigações de operações com loterias	262.718	277.513
Obrigações por fundos e programas sociais		
Seguro-desemprego	256.014	151.334
FGTS - pagamentos a efetuar	834.076	145.675
FAT/FISANE/FIES	64.759	53.775
Bolsa-escola	120.685	64.984
Auxílio gás/bolsa-alimentação	138.978	229
Bolsa renda/PSH	123.823	
Outros fundos e programas	22.951	2.738
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	<u>56.516</u>	<u>124.528</u>
	<u>1.880.520</u>	<u>820.776</u>

c. Diversas

	2002	2001
Obrigações por contribuições ao SFH	181.896	45.507
Obrigações por convênios oficiais	71.461	65.509
Provisão para pagamentos a efetuar	816.511	807.178
Despesas de pessoal	564.201	702.671
Outros pagamentos	252.310	104.507
Provisão para passivos contingentes	5.441.386	4.915.643
FUNCEF - Reservas Técnicas (1)	3.347.709	2.797.076
PREVHAB/FUNCEF - Reservas Técnicas (2)	-	316.987
Provisão para contingências (3)	2.093.677	1.801.580
Recursos do FGTS	5.658	83.906
Credores diversos - País	2.188.705	3.389.460
Cartões de crédito	694.826	-
Fornecedores/contas a pagar	347.625	241.409
EMGEA	332.350	1.160.343
Depósitos judiciais - juros a apropriar	-	456.603
Outros	<u>813.904</u>	<u>1.531.105</u>
	<u>8.705.617</u>	<u>9.307.203</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(1) FUNCEF - Reservas técnicas

- (i) Em 30 de setembro de 1993, a CAIXA assinou com a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) contrato de confissão e parcelamento de dívida, cuja eficácia é objeto de medida judicial proposta pela CAIXA, o qual prevê o pagamento de 240 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 1994, cujo saldo monta a R\$ 3.347.709 (2001 - R\$ 2.797.076), registrados no grupo do passivo Outras Obrigações - FUNCEF Reserva Técnica, atualizado monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), rendendo juros de 6% ao ano.

De acordo com as decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), nºs 497/1995 e 413/1996, contrárias à eficácia do contrato acima referido, a Administração da CAIXA suspendeu o pagamento das parcelas desde 12 de agosto de 1996, ajuizando, em setembro do mesmo ano, ação para a rescisão do contrato.

Objeto de uma disputa judicial desde 1996, a dívida, cuja última parcela só vence em setembro de 2013, poderá ser paga de uma só vez com desconto, incluindo multa, juros de mora, correção e juros originalmente pactuados sobre as parcelas vencidas e não pagas desde 1996. Um acordo para pagamento a vista, no entanto, “poderia reduzir substancialmente este montante”.

A FUNCEF e a CAIXA devem formalizar no 1º semestre de 2003 acordo que prevê a liquidação do débito que a Patrocinadora tem com seu fundo de pensão. A “Dívida da Caixa” teve sua origem quando da criação da FUNCEF foi agravada por eventos posteriores (planos de cargos e salários). A proposta de conciliação foi aprovada pela Diretoria Executiva da FUNCEF em 16.12.2002 e será submetida ao Conselho Deliberativo da Fundação para apreciação.

Ao todo, correm três ações em duas Varas Federais do Distrito Federal. Em função dessas ações, R\$ 1 bilhão em títulos federais já foram penhorados pela Justiça, para garantir o pagamento dos atrasados. A penhora só não está impactando os resultados porque a dívida já está provisionada.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(2) PREVHAB/FUNCEF - Reservas técnicas

A CAIXA, por força da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), determinada pelo Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, assumiu os empregados do extinto Banco, os quais tinham vinculação de Previdência Complementar com a Associação de Previdência dos Empregados do BNH (PREVHAB).

Em cumprimento ao referido Decreto, foi deflagrado um processo de adesão voluntária dos associados ativos da PREVHAB à Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) e dos associados aposentados e pensionistas para um Plano de Benefícios Especial e Exclusivo no âmbito da SASSE - Cia. Nacional de Seguros Gerais S.A., atual denominação da Caixa Seguradora S.A.

Dos 4.758 associados ativos da PREVHAB, 4.568 (96%) firmaram termos de adesão e de cessão de direitos sobre reservas previdenciárias, formalmente aceitos pela CAIXA, na condição de patrocinadora, e pela FUNCEF, na condição de entidade fechada de previdência privada, observando-se o regime de direitos e obrigações, especificado em Instrumento Particular de Contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças entre a CAIXA e a FUNCEF, com interveniência da PREVHAB. As reservas matemáticas da PREVHAB relativas aos associados ativos totalizaram R\$ 336.044 em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 332.239, em março de 1999, por aditivo contratual, e, em junho de 2002, no valor de R\$ 300.329, deduzidos os pagamentos efetuados no exercício, sendo liquidado em dezembro de 2002, com utilização de títulos LFT.

Dos 2.772 associados aposentados e pensionistas da PREVHAB, 2.239 (80,77%) firmaram contrato de ingresso ao Plano de Benefícios Especial e Exclusivo da SASSE, regido pelo Contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, entre a CAIXA e a SASSE, com interveniência da PREVHAB, e pelo Contrato para Administração de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ambos firmados entre a SASSE e a CAIXA, no valor de R\$ 625.689, referente às reservas matemáticas avaliadas e posicionadas em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 784.655 em junho de 2002, incluindo-se provisões para causas judiciais.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em novembro de 2002, ocorreu o distrato entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, relativo ao contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, com a transferência para CAIXA da totalidade dos recursos garantidores do plano.

(3) Passivos contingentes

A CAIXA possui na esfera passiva ações trabalhistas, cíveis, ações relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em função de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, entre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente.

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em conta que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, de R\$ 2.093.677 (2001 - R\$ 1.801.580), suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

16 FGTS

- a.** Nos termos do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a CAIXA é responsável pela plena liquidação dos créditos devidos ao FGTS para operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001.
- b.** Conforme as Resoluções nºs 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, a CAIXA passou a atuar como gestora de investimentos do FGTS, recebendo por tal serviço parte do rendimento que exceder a variação da TR mais juros de 6% ao ano. Do valor recebido, 97,5% era destinado à composição de fundo de reserva para perdas em operações do FGTS, registrado na rubrica “Outras Obrigações - Fundos e Programas Sociais”. Em 31 de dezembro de 2000, o saldo desse fundo de reserva alcançou o montante de R\$ 2.234.222. O risco de crédito das operações do FGTS, contratadas até 1º de junho de 2001, passou a ser da União. Em 30 de junho de 2001, a CAIXA procedeu à reversão do saldo do fundo de reserva no valor de R\$ 2.541.482.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme Resolução da Diretoria, ata nº 1.565, de 5 de fevereiro de 2002, parecer do Conselho Fiscal da CAIXA, Resolução do Conselho de Administração da CAIXA e autorização do Ministro de Estado da Fazenda, o Capital Social Integralizado foi alterado de R\$ 12.350.000 para R\$ 3.345.727, mediante incorporação de reservas e absorção de prejuízos acumulados.

b. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 2.099/94 (Acordo da Basileia)

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio líquido para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, o patrimônio líquido exigido para a Caixa Econômica Federal, em 31 de dezembro de 2002, atinge o montante de R\$ 3.467.965, correspondente a 11% do ativo ponderado pelo risco.

A CAIXA possui, na mesma data, patrimônio de referência de R\$ 4.628.121, apresentando suficiência de R\$ 1.160.156, com o percentual de 14,68% sobre o mesmo ativo.

A Resolução BACEN nº 3.059/02 estabelece que a parcela dos créditos tributários cuja expectativa de realização seja superior a cinco anos deve ser excluída para efeito de cálculo do nível I do Patrimônio de Referência (PR), utilizado como parâmetro para definição dos limites operacionais das instituições financeiras, conforme cronograma definido pela própria resolução.

A administração, com base nos estudos técnicos que definiram a expectativa de realização dos créditos tributários, não prevê que a redução de seu Patrimônio de Referência (PR), que será feita em decorrência da exclusão mencionada no parágrafo anterior, resultará em limites operacionais inferiores aos mínimos exigidos atualmente pela Autoridade Monetária.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Reservas de reavaliação

Em dezembro de 2002 a CAIXA efetuou a reavaliação de 100% dos imóveis de uso, sendo solicitada autorização ao Banco Central do Brasil, nos termos do ofício DENOR/GABIN nº 98/380-A, de 30 de setembro de 1998. A reavaliação foi executada por empresas de engenharia credenciadas, especializadas em avaliação de imóveis com o monitoramento e acompanhamento da execução dos serviços pelos profissionais do próprio quadro da CAIXA. Os principais efeitos decorrentes da reavaliação foram: aumento do ativo imobilizado,

R\$ 213.182; aumento do passivo de imposto de renda e da contribuição social diferidos, R\$ 72.482; e aumento do patrimônio líquido, R\$ 140.700.

d. Reservas de lucros

A reserva de lucros é constituída por reserva legal no montante de R\$ 54.055, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias, sendo apurado no exercício de 2002 o montante de

R\$ 162.761 (2001 - R\$ 147.380).

e. Dividendos

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998. A administração propôs e destacou nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002 o valor de R\$ 221.699. O Conselho de Administração, deliberou pela proposta de pagamento de dividendos no valor de R\$ 285.882, que será submetida ao Ministério da Fazenda. A diferença complementar será reconhecida contabilmente quando da aprovação do Sr. Ministro de Estado da Fazenda.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

18 Remuneração de empregados e de administradores

Estão destacadas a seguir as remunerações pagas aos empregados e administradores, não deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e a Lei nº 8.852/1994.

Remuneração de dezembro de 2002	Administradores	Empregados
Maior	17.040,00	14.200,00
Média	17.040,00	3.161,09
Menor	17.040,00	475,86

19 Encargos e créditos tributários

a. *Créditos tributários*

A rubrica “Créditos tributários” possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- Créditos de IR decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias; e
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999.

O montante de crédito tributário constituído é de R\$ 5.752.711 para o IRPJ e de R\$ 1.849.879 para a CSLL. Em função de entendimento da Administração, decorrente dos estudos quanto à realização dos créditos tributários, foram constituídas provisões no valor de R\$ 4.139.988 para o Imposto de Renda e de R\$ 1.428.375 para a Contribuição Social, resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 1.612.723 de IR e de R\$ 421.504 de CSLL.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Origem dos créditos tributários

	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.081.116	
Provisão SFH	645.333	232.321
Provisão passivo - FUNCEF	571.443	205.719
Provisão para contingências	446.604	101.300
Outros	315.006	173.430
Prejuízo fiscal	2.693.209	-
Base negativa	-	512.595
Contribuição Social MP 2.158-35/2001	-	<u>624.514</u>
Total dos créditos tributários	<u>5.752.711</u>	<u>1.849.879</u>

No exercício de 2002 o montante do crédito utilizado e baixado foi de R\$ 84.108 de IR e de R\$ 37.063 de CSLL. Dessa forma, o saldo atual dos créditos líquidos de provisão correspondem a R\$ 1.528.614 de IR e R\$ 384.441 de CSLL.

Expectativa de realização dos créditos tributários

Valor contábil:

Período	2003	2004	2005	2006	2007	Subtotal	2008 a 2012	2013 a 2016	Total
IRPJ	109.845	152.228	180.976	129.641	100.105	672.795	500.525	355.294	1.528.614
CSLL	<u>27.681</u>	<u>38.361</u>	<u>45.606</u>	<u>32.669</u>	<u>25.227</u>	<u>169.544</u>	<u>126.135</u>	<u>88.762</u>	<u>384.441</u>
	<u>137.526</u>	<u>190.589</u>	<u>226.582</u>	<u>162.310</u>	<u>125.332</u>	<u>842.339</u>	<u>626.660</u>	<u>444.056</u>	<u>1.913.055</u>

Valor presente:

Período	2003	2004	2005	2006	2007	Subtotal	2008 a 2012	2013 a 2016	Total
IRPJ	100.435	128.578	142.448	95.108	68.463	535.032	278.366	142.707	956.105
CSLL	<u>25.310</u>	<u>32.402</u>	<u>35.897</u>	<u>23.967</u>	<u>17.253</u>	<u>134.829</u>	<u>70.150</u>	<u>35.691</u>	<u>240.670</u>
	<u>125.745</u>	<u>160.980</u>	<u>178.345</u>	<u>119.075</u>	<u>85.716</u>	<u>669.861</u>	<u>348.516</u>	<u>178.398</u>	<u>1.196.775</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os estudos técnicos foram desenvolvidos a partir dos resultados projetados, observadas as metas e regras estabelecidas para os produtos da instituição, bem como as perspectivas de mercado e avaliação de indicadores econômicos projetados em função da tendência do cenário econômico para o país.

Mantendo-se as expectativas de realização dos resultados, projetados o total dos créditos tributários líquidos de provisão será utilizado até o ano de 2016.

A Resolução BACEN nº 3.059/02 estabelece que a parcela dos créditos tributários cuja expectativa de realização seja superior a cinco anos deve ser excluída para efeito de cálculo do nível I do Patrimônio de Referência (PR), utilizado como parâmetro para definição dos limites operacionais das instituições financeiras, conforme cronograma definido pela própria resolução.

A administração, com base nos estudos técnicos que definiram a expectativa de realização dos créditos tributários, não prevê que a redução de seu Patrimônio de Referência (PR), que será feita em decorrência da exclusão mencionada no parágrafo anterior, resultará em limites operacionais inferiores aos mínimos exigidos atualmente pela Autoridade Monetária.

O valor presente dos créditos foi calculado em atendimento à Circular nº 3.171/2002, do BACEN, considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Demonstrativo de apuração do IRPJ e CSLL

	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício	<u>1.484.566</u>	<u>1.484.566</u>
Adições		
Provisão créditos de liquidação duvidosa	4.324.463	-
Provisão SFH	2.581.333	2.581.333
Provisão Passivo - FUNCEF	2.285.771	2.285.771
Provisão para contingências	1.786.418	1.125.551
Despesas do FGTS	1.088.972	1.088.982
Outras	<u>1.549.995</u>	<u>2.249.394</u>
	<u>13.616.952</u>	<u>9.331.031</u>
Exclusões		
Provisão créditos de liquidação duvidosa	4.566.593	-
Provisão para contingências	1.645.199	1.645.199
Provisão Passivo - FUNCEF	1.949.882	1.949.881
Provisão SFH	1.710.530	1.710.530
Receitas do FGTS	2.270.615	2.270.615
Outras	1.837.258	1.866.634
	<small>13.980.077</small>	<small>9.442.859</small>
Base de cálculo	<u>1.121.441</u>	<u>1.372.738</u>
30% da base a deduzir de crédito tributário	<u>336.432</u>	<u>411.821</u>
Base de cálculo após deduzir 30%	<u>785.009</u>	<u>960.917</u>
Tributo devido com alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	<u>195.820</u>	<u>86.483</u>
Crédito tributário acumulado	<u>5.752.711</u>	<u>1.849.879</u>
Crédito tributário realizado	<u>84.108</u>	<u>37.063</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

20 Outras informações

a. Composição das contas “Outras receitas/despesas operacionais”:

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2002	2002	2001
Outras receitas operacionais			
Comissões e taxas sobre operações	576.026	867.992	467.303
Recuperação de despesas	545.758	639.391	200.192
Reversão de outras provisões operacionais	822.774	948.424	945.306
Rendas de outros créditos - EMBASA	100.232	140.539	92.079
Receitas de cartões de crédito	90.810	149.406	84.991
Reversão fundo reserva - FGTS (Nota 16(b))	-	-	2.505.103
Rendas de créditos securitizados	-	26.529	153.380
Receitas de dividendos	162.329	162.329	-
Outras receitas operacionais	<u>182.611</u>	<u>307.587</u>	<u>778.127</u>
	<u>2.480.540</u>	<u>3.242.197</u>	<u>5.226.481</u>
Outras despesas operacionais			
Atualização monetária e juros sobre reservas atuariais - FUNCEF	(376.867)	(563.204)	(387.625)
Prejuízos na adjudicação de imóveis financiados	(35.740)	(57.395)	(118.307)
Despesas com financiamentos habitacionais	(14.895)	(31.364)	(35.455)
Despesas com FCVS a receber - Resíduos	(2.008.193)	(2.348.226)	(2.659.215)
Despesas sobre obrigações com fundos e programas	(186.111)	(267.733)	(136.926)
Remuneração revendedor lotérico	(122.516)	(229.403)	
Provisão para contingências EMGEA/UNIÃO	(177.780)	(367.265)	(2.083.248)
	(41.233)	(171.169)	
Despesas c/revendedor lotérico	(108.864)	(205.647)	(106.844)
Despesas banco 24 horas	(50.129)	(86.764)	(51.174)
Premiação de poupança	(5.197)	(25.946)	(115.008)
Despesas de condenações judiciais	(45.582)	(45.582)	
Outras despesas operacionais	(265.281)	(406.833)	(330.442)
	<u>(3.438.388)</u>	<u>(4.806.531)</u>	<u>(6.024.244)</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Despesas com pessoal e administrativas

	<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	2002	2002	2001
Despesas com pessoal			
Proventos	(1.419.055)	(2.470.125)	(2.356.227)
Benefícios (i)	(220.188)	(451.673)	(350.945)
Encargos sociais:			
FGTS	(104.997)	(184.426)	(261.794)
Previdência social	(353.749)	(585.208)	(553.847)
Previdência complementar	(53.335)	(110.259)	(366.863)
Outros	<u>(61.273)</u>	<u>(114.494)</u>	<u>(117.019)</u>
	<u>(2.212.597)</u>	<u>(3.916.185)</u>	<u>(4.006.695)</u>
Despesas administrativas			
Comunicações	(183.789)	(339.140)	(251.683)
Manutenção e conservação de bens	(119.163)	(222.843)	(188.131)
Água e energia	(48.391)	(87.706)	(66.250)
Aluguéis	(78.315)	(150.288)	(131.437)
Despesas de material	(48.858)	(91.165)	(87.618)
Processamento de dados	(494.693)	(921.606)	(933.333)
Promoções e relações públicas	(16.407)	(27.592)	(22.373)
Propaganda e publicidade	(34.629)	(78.881)	(108.287)
Serviços do sistema financeiro	(72.288)	(136.662)	(112.947)
Serviços de terceiros	(134.455)	(234.086)	(151.461)
Serviços especializados	(224.690)	(383.913)	(239.178)
Serviços de vigilância e segurança	(68.085)	(131.505)	(100.905)
Depreciação e amortização	(306.787)	(529.649)	(480.682)
Outras administrativas	<u>(69.025)</u>	<u>(138.487)</u>	<u>(150.452)</u>
	<u>(1.899.575)</u>	<u>(3.473.523)</u>	<u>(3.024.737)</u>

(i) Inclui a provisão para participação dos empregados no resultado (PRX), no valor de R\$ 55.425.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Administração de entidades sociais

Os saldos de patrimônio líquido das entidades administradas pela CAIXA (Nota 1) montam a R\$ 38.678.486 (2001 - R\$ 34.117.483) negativos. O principal refere-se ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 70.734.426 (2001 - R\$ 62.604.490) negativos, cuja responsabilidade pelo cumprimento de suas obrigações é da União Federal, conforme Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Entidade	2002	2001
PIS	18.665.371	16.857.309
FGTS	10.380.866	8.998.009
FAR	1.914.514	1.521.470
FCVS	(70.734.426)	(62.604.490)
FDS	456.967	395.528
FAS	333.442	321.562
SH	-	112.859
PCE	275.691	253.323
FIEL	<u>29.089</u>	<u>26.947</u>
	<u>(38.678.486)</u>	<u>(34.117.483)</u>

d. Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER

Os recursos contraídos com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aplicação no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), da ordem de R\$ 1.413.581, têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicados em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. O prazo médio das aplicações é de quatro anos e o vencimento final em 2012. Os recursos livres para aplicação, atualizados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 362.047. O saldo dos recursos aplicados é de R\$ 1.051.534.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

e. Benefícios a empregados

i. Plano de benefícios - Previdência privada

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

Para a consecução dos objetivos da FUNCEF e em complementação às contribuições dos participantes, a CAIXA efetua contribuições de acordo com o percentual determinado segundo fórmulas atuariais e o montante desembolsado no exercício de 2002 foi de R\$ 119.086 (2001 - R\$ 124.546). O plano de custeio da entidade enquadra-se como benefício definido para 43.452 associados, enquanto para 4.144 enquadra-se como contribuição definida.

A CAIXA, na condição de patrocinadora, submeteu à apreciação do Ministério da Fazenda e obteve aprovação, bem como manifestação favorável do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, de alteração do Regulamento do Plano de Benefício da FUNCEF para: (i) adequação parcial das disposições das Leis Complementares n°s 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001; (ii) a incorporação de novas condições de custeio do Plano pelos participantes e pela patrocinadora; e (iii) o estabelecimento de critérios de migração dos participantes dos planos de benefícios REPLAN/REB para a nova versão do plano REB de contribuição definida. Para fazer face à implementação do processo de migração, a CAIXA constituiu provisão no valor de R\$ 74.429 (2001 - R\$ 242.361).

O valor presente das obrigações atuariais dos planos, calculadas por atuário independente, está coberto pelo patrimônio dos planos

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

ii. Plano de saúde - SAÚDE CAIXA

Em 1º de fevereiro de 2002, entrou em vigor o SAÚDE CAIXA - um programa de saúde instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, de serviços sociais e nutricional, com atendimento realizado por rede de credenciados e abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos beneficiários inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

Os recursos do SAÚDE CAIXA são assim constituídos:

- Contribuição mensal da CAIXA, correspondente a 3,5% da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;
- Mensalidade do titular de R\$ 38,26, por grupo familiar;
- Mensalidade do titular de R\$ 21,67, para cada dependente.

O plano é equilibrado atuarialmente, conta com adesão de 96,6% e está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho 2002 e 2003.

f. Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, às despesas com provisões para desvalorização de imóveis de bens não de uso próprio deduzidas da receita com lucro na alienação de imóveis.

g. Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 161.148, referente aos imóveis patrimoniais penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativa à ações judiciais contra a CAIXA.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

21 Reclassificações para fins de comparabilidade

Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reclassificações nos saldos de dezembro de 2001, visando à adequação aos procedimentos/classificações contábeis.

Balço	Valor publicado	Valor reclassificado	Saldo do Balço
Ativo - Circulante e realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria	41.222.849	273.862	41.496.711
Títulos e valores mobiliários - Vinculado a prestação de garantias	6.242	23	6.265
Títulos e valores mobiliários - Provisão para desvalorização	(165.678)	165.678	
Operações de crédito - Empréstimos e títulos descontados	6.034.072	129	6.034.201
Outros créditos - Rendas a receber	534.188	(580)	533.608
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	593	(590)	3
Outros créditos - Créditos específicos	470.925	(438.972)	31.953
Outros créditos - Diversos	5.614.309	121	5.614.430
Provisão para outros créditos	(338.675)	329	(338.346)
Passivo - Circulante e exigível a longo prazo			
Instrumentos financeiros derivativos		91.726	91.726
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores	92.795	(91.726)	1.069

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Valdery Frota de Albuquerque
Presidente

Aser Cortines Peixoto Filho
Vice-presidente

Isabel Pereira de Souza
Vice-presidente

João Aldemir Dornelles
Vice-presidente

Jorge Luiz Ávila da Silva
Vice-presidente

Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto
Vice-presidente

Mário da Cunha Haag
Vice-presidente

Wilson Risolia Rodrigues
Vice-presidente

Telmo Marques Costa
Superintendente Nacional de Contadoria
Contador – CRC-CE-5.031/O-4 T - DF

José Rogério Krticka
Gerente Nacional de Contabilidade CAIXA
Contador - CRC-RS-035890/T-2 - DF